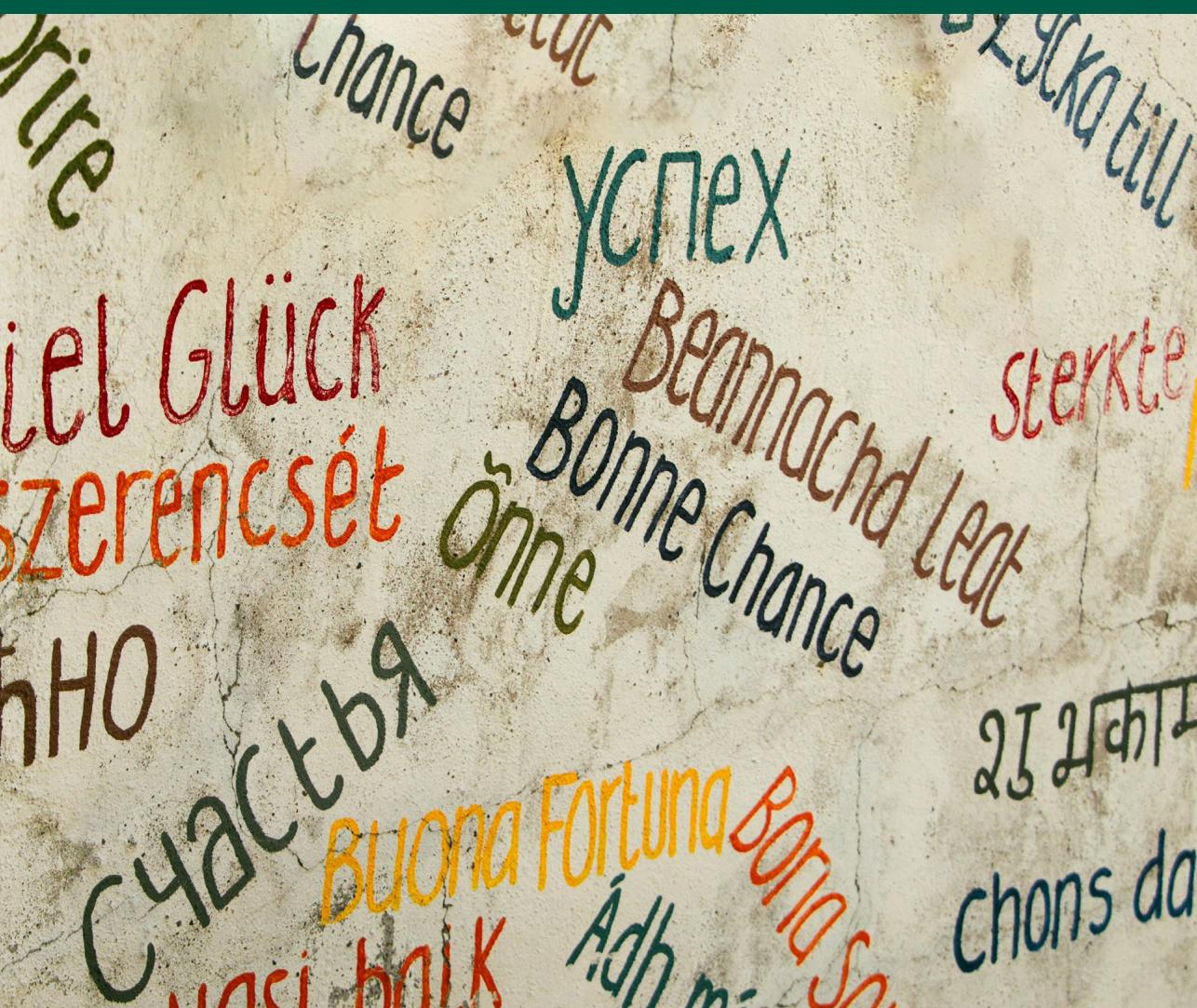


Memórias e Futuro 8

Revista da Associação de Professores do Concelho de Almada
e da Universidade Sénior de Almada



Memórias e Futuro 8

Revista da Associação de Professores do Concelho de Almada
e da Universidade Sénior de Almada

Dezembro de 2025

FICHA TÉCNICA

Título: Memórias e Futuro 7

Autor: Associação de Professores do Concelho de Almada

Diretor: Maria Lourdes Albano e Domitila Cardoso

Propriedade e Editor:

Apcalmada – Associação de Professores do Concelho de Almada

Rua da Cerca, 21, 2800-050 Almada

Tel: 219 012 420/1/2/3

Email: apcalmada@sapo.pt

Revisão de Texto: Edite Prada

Concepção Gráfica e Paginação: Eduardo Pulido

ISSN: 1647-3515

Data: Dezembro, 2025

Índice

Editorial	5
I – Artigos e outros textos	
Museus mineiros no quadro da transição energética e digital	
José Manuel Brandão	8
Ana Paula Tavares – Jorge Arrimar	20
O que foi para mim o 25 de Abril de 1974 – Eulália Francisco Anjos	24
II – Atividades	
Camões e o seu tempo – Isabel Resende e Júlia Carrapo	27
Lusíadas breve abordagem – Edite Prada	29
A flora na poesia camoniana – Helena Cruz	50
O Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, atribuído a Álvaro Velho – Glória de Brito e Edite Prada	53
III – A nossa língua	
Os nomes de rios e a história linguística de Portugal continental (parte II)	
Carlos Rocha	79

Editorial

É com renovada satisfação que apresentamos a oitava edição da *Memórias e Futuro*, revista online da Apcalmada-USALMA, um espaço que se tem afirmado como ponto de encontro entre a reflexão histórica, a criação literária e o estudo atento da língua e da cultura portuguesas. Nesta edição, reunimos temas que dialogam com o passado, apresentam a atualidade e abrem portas ao futuro, em plena sintonia com o espírito da nossa comunidade académica e cultural.

Abrimos esta edição com um olhar atento sobre o nosso património identitário. José Brandão conduz-nos por um percurso dedicado aos *Museus mineiros no quadro da transição energética e digital*, revelando memórias de um labor que moldou comunidades e deixou marca profunda em várias gerações.

Segue-se um destaque literário incontornável: Jorge Arrimar apresenta uma leitura sensível de *Frutos de Marula*, de Ana Paula Tavares, celebrando igualmente a atribuição do Prémio Camões 2025 à autora — reconhecimento mais do que merecido da força e singularidade da sua voz no universo da lusofonia.

A secção de atividades reflete o dinamismo da nossa equipa docente e o entusiasmo que animou as comemorações camonianas, na USALMA. Isabel Rosendo e Júlia Carrapo apresentam *Camões e o seu tempo*, trazendo novas perspetivas sobre o contexto histórico que moldou o poeta. Edite Prada propõe uma breve e envolvente abordagem de *Os Lusíadas*, síntese clara e inspiradora de uma epopeia sempre atual. Helena Cruz explora *A flora na poesia camoniana*, revelando a subtileza e a expressividade com que a natureza se inscreve na obra de Camões. Por fim, Glória de Brito e Edite Prada apresentam o *Roteiro de Álvaro Velho*, aprofundando uma das narrativas mais fascinantes das viagens portuguesas.

Prosseguimos, nesta edição, o percurso dedicado à história linguística do nosso país. Carlos Rocha regressa com *Os rios e Almada – História Linguística de Portugal, parte II*, conduzindo-nos numa viagem onde as palavras se entrelaçam com geografias, memórias e identidades.

A transparência e o rigor editorial continuam a orientar o nosso trabalho. Retomamos, por isso, um texto essencial: *O que foi para mim o 25 de Abril de 1974*, de Eulália Francisco Anjos — agora apresentado com a devida atualização.

A oitava edição da *Memórias e Futuro* reafirma o nosso propósito: construir pontes entre saberes e valorizar o contributo de cada um para o nosso coletivo. A todos os colaboradores e leitores, o nosso sincero agradecimento por manterem viva esta revista, um espaço que cresce com todos e para todos.

I – Artigos e outros textos

Museus mineiros no quadro da transição energética e digital

Opinião

José Manuel Brandão¹

Resumo

Passando em revista os principais propósitos dos museus mineiros (*s.l.*), principalmente focados na preservação e valorização das memórias e do património material da atividade extractiva, e tendo por fundo o atual paradigma da transição energética e digital, o presente artigo questiona sobre a oportunidade destas estruturas culturais, incorporarem – ou alargarem –, o seu discurso às questões da mineração responsável e do uso sustentável dos recursos geológicos.

Palavras-chave: museus mineiros; minerais críticos; mineração responsável; transição energética e digital; sustentabilidade.

De mina a museu

O estabelecimento da atividade mineira implica uma sucessão de ações e procedimentos técnicos mais ou menos complexos e intensivos, que começam com os estudos prévios (*prospeção*) e contempla, pelo menos, a *exploração* em grandes escavações a céu aberto (cortas), ou subterrânea, por poços e galerias; o *processamento* dos minérios, pelo qual estes são separados das suas gangas (estéril) e concentrados de forma a obter um produto de elevado valor acrescentado e, por fim, a *exportação*, i.e., a sua colocação no mercado. Independentemente da forma que assuma a exploração e da maior ou menor transformação dos recursos minerais explorados, a indústria extractiva demanda capitais, *know-how* especializado e mão-de obra.

A partir de um “momento zero”, a indústria mineira implica transformações da paisagem mais ou menos profundas, consequentes com a abertura

¹ Docente da USALMA. Investigador integrado do História, Territórios e Comunidades, NOVA FCSH / Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e para o Planeta, Universidade de Coimbra.

de escavações e implantação de infraestruturas técnicas e sociais, de redes de comunicações e de energia, de depósitos de rejeitos (escombeiras), e de tanques de água e lamas. Um conjunto de elementos singulares e identitários, que testemunham todas as etapas da atividade extractiva, e caracterizam a dinâmica da paisagem mineira (Fig. 1), passível de proteção e valorização, de acordo com os princípios da *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada em Florença, em 2000².

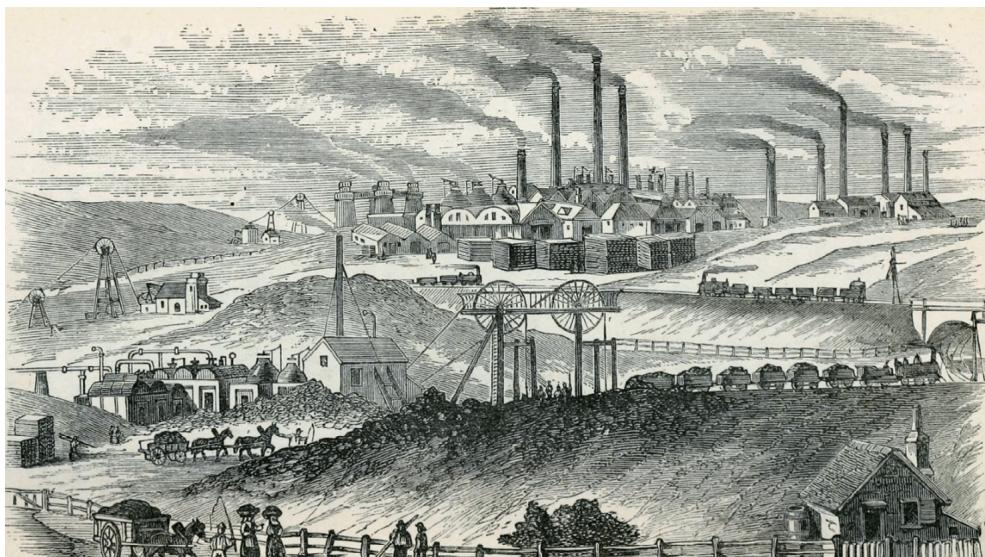


Fig. 1. Ilustração representativa da industrialização britânica durante a Revolução Industrial. Uma paisagem dominada por minas de carvão e fundições. Fonte: *Griffith's Guide to the Iron Trade of Great Britain*, Londres, 1873.

Se bem que a indústria extractiva e as atividades correlativas sejam geradoras de emprego e mais-valias financeiras, o seu desenvolvimento gera grandes impactes ambientais, quase sempre permanentes, afetando a vida social e económica das comunidades locais, que são, por vezes, forçadas a abandonar as suas casas. Aqueles derivam, principalmente, da ocupação do solo e da abertura de vãos (não raras vezes de grande largura e profundidade), da subsidência associada à exploração subterrânea, e da acumulação de substâncias contaminantes do solo e das águas superficiais e subterrâneas (IRMA, 2018).

Problemas que reclamam estratégias de ação preventiva – definidas a montante do estabelecimento da atividade –, e medidas de remediação,

² Incorporada no quadro jurídico português pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro.

no sentido de minimizar o passivo de atividades pretéritas, desenvolvidas noutras quadros de percepção dos riscos ambientais, então apenas pautadas por metas de produção. Práticas de antanho sem cabimento no atual para-digma da sustentabilidade³, quando se procuram mudanças na interação das atividades económicas e industriais com os valores ambientais, de forma a não comprometer a capacidade das gerações futuras, e do próprio planeta.

Quando a indústria mineira se extingue, a paisagem desconstrói-se. Sem alternativas de reconversão, o abandono e a degradação das infraestruturas críticas substitui as suas anteriores funcionalidades, em paralelo com a destruição do tecido social e económico e o abandono dos assentamentos. A perda de referências e de património é inexorável e por demais evidente. Tenta remediar-se os passivos ambientais, com prioridade para o tratamento de escombeiras e águas ácidas, sem que, por vezes, se consiga evitar o paradoxo: elementos a que até então se atribuía valor cultural enquanto marcas simbólicas da paisagem mineira, são agora removidos, a título de uma almejada – mas legítima – reposição das condições originais do terreno.

Pese embora o património mineiro ser, de há muito, tema na literatura e nas artes, o seu entrosamento na agenda das organizações da sociedade civil, na investigação académica e nas políticas de gestão do território é relativamente recente. Tal decorre, principalmente, de se reconhecer em muitas minas abandonadas, um enorme potencial em termos de património industrial⁴, que justifica a recolha, preservação e documentação dos respetivos elementos materiais e testemunhos dos antigos atores, para memória futura. Nesta perspetiva, recuperam-se estruturas arquitetónicas e técnicas, restauram-se bens móveis e arquivísticos, montam-se exposições, dando forma e substância a museus mineiros, minas-museu, parques mineiros e centros interpretativos.

³ Esta asserção não é, porém, válida para todas as geografias, continuando a verificar-se, nalguns continentes, uma mineração totalmente alheada de regras ambientais e de respeito pelo bem-estar das populações.

⁴ O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. V. “[Carta de Nizhny Tagil](#)”, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), 17 de julho de 2003.

Um pouco por todo o mundo, estas novas entidades, de *per si*, ou inseridas em rotas culturais, atraem anualmente muitos milhares de visitantes em busca de conhecimento e de “experiências”, num amplo espetro de possibilidades aberto pelo turismo mineiro, domínio especializado do turismo industrial (Jelen, 2018; Byström, 2021), atraídos, sobretudo, pela descida às minas e exploração das galerias.

Acrescente-se que alguns destes lugares mineiros patrimonializados e acessíveis aos diversos públicos, para além do valor social enquanto polo de fixação de comunidades e marcos identitários, pela sua singularidade, valores estéticos, arquitetónicos e para a história da Ciência e da Técnica, foram inscritos na lista do Património Mundial da UNESCO⁵. Outros integram, atualmente rotas a nível nacional ou internacional como a [Rota Europeia do Património Industrial](#) (ERHI), movimento que Portugal vem perseguiendo, embora de forma ainda tímida.

Ainda que nalguns casos de patrimonialização de antigos espaços mineiro-industriais, a leitura nostálgica possa empalidecer o discurso museológico, o objetivo destes parceiros culturais é, sobretudo, o de interagir com o presente, lançando mão dos recursos expositivos e tecnológicos que a moderna museografia lhes possibilita, fortalecendo identidades locais, e gerando novas formas de cultura viva (Brandão, 2003).

A experiência portuguesa

Mercê de uma diversificada história geológica, em Portugal ocorre um vasto lote de depósitos de substâncias minerais metálicas e não metálicas com interesse económico, as quais, sobretudo desde meados do século XIX, deram origem a centenas de explorações que, em muitas zonas do interior do país – como disso são exemplo as Beiras, Trás-os-Montes (sobretudo para o estanho, o volfrâmio e o ferro) ou o Alentejo (pirites, cobre, ferro, manganés...) –, constituíram nalgum momento, a principal, se não mesmo única atividade, não obstante o seu caráter efémero ou a falta de dimensão técnica e económica.

⁵ Refiram-se, a título de exemplo, na vizinha Espanha, o [Parque Mineiro de Almadén](#) (minas e instalações de processamento de minérios de mercúrio) e o complexo mineiro romano aurífero de [Las Médulas](#).

Tendo atingido picos de procura e produção, durante as guerras que abalaram o mundo no século XX, a maioria destas minas encerrou entre as décadas de 1950 e 1970 por inviabilidade económica, ou por mudanças no mercado global dos minérios, deixando órfãs instalações, equipamentos e arquivos, que documentavam a vida das concessionárias nas suas vertentes científica, técnica, económica e social.

Do ponto de vista ambiental, foram identificados no continente português pela **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, cerca de duas centenas de passivos ambientais “problemáticos ou severos” (DGEG, 2011), ligados com a existência de escombreiras de grandes dimensões (Fig. 2), de rejeitos de exploração e lamas das lavarias de processamento de sulfuretos polimetálicos⁶ e de minerais radioativos⁷, com elevados teores de cobre, chumbo, arsénio, mercúrio, cádmio e outros metais pesados, mobilizados pela drenagem ácida. Uma ameaça permanente à saúde pública, nomeadamente através da contaminação das águas superficiais e aquíferos subterrâneos.

Em contraponto e mais recentemente, o interesse pelo estudo e valorização do espaço cultural da mina entrou também no horizonte dos agentes da indústria do turismo. Um movimento que permitiu salvar da ruína alguns edifícios e cavaletes (malacates) mineiros, e abrir à visitação cortas, túneis e galerias. Esforços para contrariar a degradação ambiental e preservar identidades e memórias de vidas caldeadas numa cultura de saberes-fazer e gestos técnicos, aprendidos na imitação e na repetição, e condicionadas pela dureza do trabalho na mina.

⁶ São exemplos as minas do segmento português da **Faixa Piritosa Ibérica**, nomeadamente, de leste para oeste, S. Domingos (Mértola), Aljustrel, Lousal e Caveira (Grândola), bem como outros casos em que os sulfuretos metálicos constituíam parte substancial das gangas, como por exemplo as minas de estanho e volfrâmio da Borralha (Montalegre), ou da Panasqueira (Funão-Covilhã), cujas escombreiras são drenadas para os cursos de água.

⁷ A exploração de minérios radioativos para extração de rádio para fins terapêuticos na radioterapia do cancro, começou em Portugal na primeira década do século XX, sendo abandonada em 1944, para se prosseguir, apenas, com a produção de urânio. Até então, considerado um metal de baixo valor, o urânio remanescente da extração era despejado nas escombreiras das minas. Foi explorado em mais de meia centena de minas, espalhadas pelas manchas graníticas dos distritos de Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco (Dias & Marques, 1966).



Fig. 2. Escombeiras das minas da Panasqueira, onde se explora desde finais do século XIX um dos mais importantes jazigos mundiais de volfrâmio. Fonte: [Almonty / Beralt Tin & Wolfram](#), Panasqueira Mine, 2025.

A maior parte destes núcleos museológicos estão situados em antigas **áreas mineiras abandonadas**, sob acompanhamento das autoridades governamentais. Promovem a recuperação e preservação *in situ*, de equipamentos de energia, ar comprimido e demais infraestruturas industriais. Pontualmente, subsiste ainda algum do equipamento ferroviário que assegurava a comunicação das minas com os destinatários da produção e com os fornecedores. No Quadro I, listaram-se, de forma muito sintética, os museus de temática mineira atualmente existentes em Portugal continental. Esta lista não esgota, porém, este tema, também explorado no contexto das dinâmicas e museus autárquicos pluridisciplinares, de que são exemplos, entre outros o museu de Sever do Vouga (exposição sobre as minas e visitas às ruínas do antigo **Complexo mineiro do Braçal e Malhada**, exploração de chumbo, zinco e prata, iniciada ao tempo da ocupação romana), ou o **Museu Municipal de Arqueologia de Aljustrel**, com uma exposição de longa duração dedicada à atividade mineira regional, desde os tempos da ocupação romana (exploração de pirites cupríferas)⁸.

⁸ Para mais informação consulte-se o “**Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal**”, uma iniciativa da Direção Geral de Energia e Geologia, bem como o respetivo “**Guia de percursos presenciais**”.

Quadro I. Museus e centros de interpretação de temática mineira

Designação e concelho	Substância explorada	Observações
Centro Interpretativo das Minas de Argozelo (Vimioso)	Volfrâmio e estanho	Instalado no local das antigas minas. Arqueologia industrial
Centro Interpretativo Mineiro de Jales (V. Pouca de Aguiar)	Ouro	Percorso de ar livre, exposição e visita de galerias
Complexo Mineiro Romano de Tresminas (V. Pouca de Aguiar)	Ouro	Museu ao Ar Livre integrado, desde 2012, na plataforma EXARC (Associação Europeia de Museus ao Ar Livre). Possibilidade de visita de galerias
Centro Interpretativo das Minas da Borralha (Montalegre)	Volfrâmio e estanho	Polo do Ecomuseu do Barroso. Percorso de ar livre e antigas instalações industriais
Casa do Minério - Museu do Volfrâmio (Cerva, Ribeira de Pena)	Volfrâmio	Exposição histórica e amostras dos minérios
Centro Interpretativo das Minas da Borralha (Salto, Montalegre)	Volfrâmio	Percursos de ar livre e arqueologia industrial
Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas (Paredes)	Ouro	Mina de ouro romana. Exposição e visita da galeria
Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (Torre de Moncorvo)	Ferro	Exposições: arqueologia industrial e geologia. Incluído na ERHI
Minas da Recheira (Covilhã)	Volfrâmio	Mina visitável. Projeto de turismo ambiental
Museu Mineiro do Lousal (Grândola)	Pirites	Percorso de ar livre (cortas e lagoas), bairro mineiro, arqueologia industrial e visita de uma galeria. Incluído na ERHI
Parque Mineiro de Aljustrel (Aljustrel)	Pirites	Percursos de ar livre, arqueologia industrial e visita de uma galeria
Minas de S. Domingos (Mértola)	Pirite cúprica	Percorso de ar livre, bairro mineiro, ruínas das instalações industriais e reconstituição da 'casa do mineiro'
Museu Mineiro de S. Pedro da Cova (Gondomar)	Carvão	Instalado numa antiga casa da malta. Exposições: história, arqueologia industrial e geologia. Cavalete de betão e ruínas das antigas instalações nas proximidades. Membro da ERHI
Museu da lousa (Valongo)	Lousa (ardósia)	Edifícios construídos em técnicas tradicionais e exposição de máquinas e ferramentas usadas na extração e preparação das lousas
Museu da Pedra (Cantanhede)	Calcário	Exposições relativas à extração dos calcários de Ançã e do seu aproveitamento desde a Idade Média
Museu do Mármore (Vila Viçosa)	Mármore	Instalado numa pedreira desativada. Arqueologia industrial e geologia
Museu do quartzo (Viseu)	Quartzo	Exposição de minerais e visita interpretada da antiga pedreira anexa
Mina de sal de Loulé (Loulé)	Sal gema	Percorso pelas galerias e arqueologia industrial. Incluído na ERHI

Mudança de paradigma

Protagonista da primeira transição energética (séculos XVIII-XIX) e suporte da Revolução Industrial impulsionada pelo desenvolvimento da máquina a vapor, o carvão fóssil, “herói” daquelas profundas modificações societárias, e “vilão” dos tempos modernos (Velho, 2024), continua a ser a principal fonte de energia primária usada em muitos países detentores de grandes jazigos (Fig. 3). Sem pactuar com o *lobby* dos combustíveis fósseis, não parece, porém, avizinhar-se que em horizontes temporais próximos, possa dispensar-se a sua contribuição face às crescentes necessidades de energia, nem tão pouco, a sua total substituição pelo recurso a fontes renováveis.

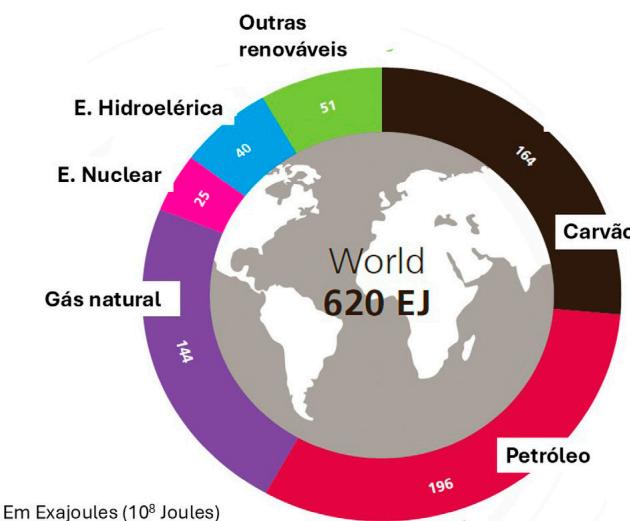


Fig. 3. Em 2023, cerca de 60% da energia consumida no mundo foi produzida a partir de combustíveis fósseis. Adaptado de *Statistical Review of World Energy*, 2024.

A almejada meta da **neutralidade carbónica em 2050** veio reforçar, de forma definitiva, a condenação do uso dos combustíveis fósseis (carvão e petróleo), já anunciada pelas decisões do Acordo de Paris (2015), dada sua a pesada contribuição na libertação de partículas e gases responsáveis pela aceleração incontida do ciclo lento do carbono⁹. Refiram-se, em particular, o CO₂, o mais importante dos **gases com efeito de estufa**, com implicações diretas nas

⁹ Circulação natural do carbono entre a geosfera, i.e., a parte sólida do planeta, onde reside sobretudo aprisionado sob a forma de carvão e petróleo, a hidrosfera e a atmosfera, ao longo do tempo geológico (Dias, 2014).

alterações climáticas, mas também o SO₂ e o NOx, libertados na queima dos daqueles combustíveis.

Contudo, o recurso às fontes renováveis implica a sua transformação nas energias usadas no dia-a-dia, o que demanda, a curto e médio prazos, milhares de toneladas de substâncias minerais críticas, para desenvolver as tecnologias e os produtos tecnológicos necessários a essa mesma transformação, designadamente telemóveis e computadores, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, carros elétricos, baterias de alta capacidade e outras soluções de baixo carbono. Por outras palavras, a transformação da energia das fontes renováveis implica sempre a utilização de recursos geológicos que, à escala humana, são sempre não renováveis (Dias, 2024).

Da lista de *minerais críticos*, i.e., minerais metálicos e não metais fundamentais para áreas estratégicas como a transição energética, as tecnologias e a defesa, fazem parte, por exemplo, o cobre e o alumínio usados nas linhas de transmissão de energia, o lítio, o níquel e o cobalto, componentes essenciais das baterias dos carros elétricos, cuja procura deverá quadruplicar até 2030¹⁰, a grafite, o urânio e, em particular, os elementos do grupo das terras raras, que a Europa importa em praticamente 100% das suas necessidades (Berg, 2023).

No seu conjunto, a produção de materiais críticos para a produção de baterias de íões de lítio tem vindo a crescer ao ritmo de cerca de 4% por ano, com a região Ásia-Pacífico, sobretudo a China no que respeita ao cobalto e grafite (EI, 2024)¹¹. Na visão, porventura redutora de G. Pitron (2025), a mudança de paradigmas em curso traduzir-se-á, a curto e médio prazo, na substituição da dependência dos combustíveis fósseis, pela dependência dos minerais raros.

Acrescente-se que sendo os recursos minerais finitos, ainda que o uso eficiente das substâncias metálicas e a sua reciclagem possam adiar o esgotamento, não permitem tornar a extração mineira desejavelmente sustentável. Ademais,

¹⁰ Cf. *Critical minerals boom....*, April 2024, [UN trade & development](#).

¹¹ Portugal detém a maior reserva de lítio da Europa (cerca de 60 000 toneladas), distribuída entre as regiões da serra de Arga, Barroso-Alvão, Almendra-Barca de Alva, e pelos distritos da Guarda, Viseu e Castelo Branco ([Lithium Statistics and Information](#), USGS, 2025): todavia, a sua extração em larga escala, tem-se tornado complicada, dados os previsíveis impactes sobre os ecossistemas e sobre as comunidades das regiões onde se presume a existência das maiores reservas.

a presença de muitos elementos críticos na Natureza é escassa, exigindo o desmonte e processamento de grandes volumes das rochas que os contêm, produzindo assim mais resíduos, com inevitáveis impactes sobre o ambiente, mais evidentes na exploração a céu aberto (mais barata, do que a subterrânea).

A prospeção e exploração destes grupos de substâncias, enfrenta ainda outro tipo de problemas relacionados com a repartição geográfica dos respetivos jazigos, as sensibilidades e funcionamento dos mercados internacionais e, sobretudo, com vulnerabilidades decorrentes das dinâmicas geopolíticas.

A transição energética e digital não é, porém, uma via aberta para que a indústria mineira opere em contramão com os desígnios de saúde e bem-estar da sociedade e do planeta, visando apenas ganhos a curto prazo. Sabendo-se que a atividade mineira é essencial ao desenvolvimento da sociedade moderna, impõe-se caminhar no sentido de uma *mineração responsável*, sustentável, através da implementação de práticas que deem prioridade à gestão ambiental minimizando os impactes ambientais, apelando à responsabilidade social e à governança ética ao longo de todo o ciclo de vida da exploração dos recursos geológicos (Goodland, 2012; ICMM, 2025). A metodologia procura seguir uma hierarquia de procedimentos que visam, na justa medida do possível, *evitar, minimizar, restaurar e compensar* os impactes sobre os ecossistemas e a vida das populações.

Arrojo no discurso museológico, precisa-se!

Por vocação, e pelo contexto em que operam, os museus mineiros são – pelo menos em teoria –, as entidades culturais mais bem posicionadas para comunicar sobre as questões que respeitam à exploração dos recursos minerais numa perspetiva alargada de CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente). Contudo, a presença de bens e equipamentos técnicos, bem como a visitação de espaços subterrâneos singulares que transportam os visitantes para mundos que lhes são estranhos – isto sem descurar as especificidades da vida das comunidades mineiras –, tornam-se, com frequência, eixos centrais da comunicação, deixando em aberto outros endemismos mineiros, de grande pertinência.

No entanto, parece imperioso questionar, se no quadro do atual paradigma da transição energética e digital, haverá lugar ao alargamento dos discursos

museológicos às questões da galopante necessidade de minerais críticos e da implementação de uma mineração responsável, sobretudo quando se assiste ao empolamento das consequências da mineração sobre o ambiente e as populações, factos que não podem negar-se, muito menos omitir-se.

Embora o passivo ambiental herdado de anteriores explorações mineiras pareça contradizer os propósitos anunciados pela postura de muitas novas concessionárias para a exploração de recursos geológicos, é necessário esclarecer que a atividade extractiva atual é pautada por códigos de responsabilidade social e ambiental internacionais estritos e consensualmente aceites, nomeadamente os que respeitam à norma **IRMA (Initiative for Responsible Mining Assurance)**, de junho de 2018, para uma mineração sustentável.

Ainda que estas políticas sejam ‘pedra de toque’ em muitos países onde a percepção dos riscos é levada a sério e a legislação ambiental seja mais ambiciosa, a intensificação da exploração dos recursos minerais – sem a qual não haverá transição para economias de baixo carbono –, tem se ser explicada às comunidades, que se sentem legitimamente ameaçadas com a possibilidade da indústria mineira ali assentar e arrasar os seus recursos e modos de vida tradicionais. A falta de esclarecimento deste tipo de questões é encorajadora de sentimentos NIMBY¹² (não no meu quintal!), geradores de conflito entre autoridades administrativas, populações e companhias mineiras, “de não se ter contado toda a verdade” (Pitron, 2025), ao não explicar que a tão apetecida transição energética e digital, significa um aumento exponencial do recurso a matérias-primas minerais, com práticas intensivas e inevitáveis impactes sobre o ambiente e a sociedade.

Está-se, portanto, perante uma situação em que os museus mineiros poderiam intervir pedagogicamente, moldando e construindo novos discursos. Como noutró contexto referia T. Pinto (2022), “os museus têm de estar dispostos a atualizar as suas práticas, a arrojar nas programações, [e] a investir na divulgação”, introduzindo e discutindo com as comunidades, acrescentaríamos, as

¹² NIMBY: acrônimo de “*not in my backyard*”, expressão coloquial que traduz oposição à implantação de qualquer coisa considerada indesejável. Terá surgido em meados da década de 1970, nos EUA a propósito da instalação de centrais elétricas alimentadas por energia nuclear (<https://www.britannica.com/topic/NIMBY>).

questões de agenda no âmbito da transição para economias de baixo carbono e mineração sustentável.

Referências

BERG, Eva van den (2023). Terras raras: a Europa importa 100% destes elementos críticos para a sustentabilidade, mas qual é o preço desta dependência? *National Geographic online*, 5 de junho.

BRANDÃO, José M. (2003). Compromisso social e identidade nos museus mineiros. In, I. Rábano, I. Manteca & C. García (eds.), *Patrimonio geológico y minero y desarrollo regional* (pp. 481-486). Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.

BYSTRÖM, Joakim (2021). Mining tourism in abandoned and existing mines in the Swedish Far North. *Polar Record*, 58(40). 1-10. <https://doi.org/10.1017/S003224742100019X>

DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia e EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro (2011). *A herança das minas abandonadas*. [Lisboa]: DGEG – EDM.

DIAS, J. Matos & MARQUES, J. Correia (1980). Potencialidades uraníferas de Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos*, 66, 177-184.

DIAS, Rui M. Soares (2024). *Sustentabilidade insustentável?! Porque o Antropocénico não existe mas... é importante*. Estremoz: Centro Ciência Viva e Universidade de Évora.

EI - Energy Institute (2024). *Statistical Review of World Energy 2024*. <https://www.energyinst.org/statistical-review/resources-and-data-downloads>

GOODLAND, Robert (2012). Responsible mining; The key to profitable resource development. *Sustainability*, 4, 2099-2126. <https://doi.org/10.3390/su4092099>

ICMM (The International Council on Mining and Metals). *Responsible mining*. <https://www.icmm.com/en-gb/mining-metals/responsible-mining>

IRMA - Initiative for Responsible Mining Assurance (2018). *Norme IRMA pour une exploitation minière responsable*. <http://www.responsiblemining.net>

JELEN, Jakub (2018). Mining heritage and mining tourism. *Czech Journal of Tourism*, 7(1), 93-105. <https://doi.org/10.1515/cjot-2018-0005>

PINTO, Teresa C. (2022). *Comunicar é a vocação do museu*. PATRIMÓNIO.PT, 11 de outubro. <https://www.patrimonio.pt/post/comunicar-é-a-vocação-do-museu>.

PITRON, Guillaume (2025). *A guerra dos metais raros. O lado negro da transição energética e digital*. Lisboa: Livros Zigurate.

VELHO, José Lopes (2025). *Carvão. De herói a vilão?* Departamento de Geociências, Universidade de Aveiro. Aveiro: Livros de Geociências.

Ana Paula Tavares

Os “Frutos de Marula” e o Prémio Camões 2025

Jorge Arrimar

Com o objectivo de assinalar a jubilação de Ana Paula Tavares, professora da Faculdade de Letras de Lisboa, as faculdades de letras das universidades de Lisboa e do Porto prestaram uma homenagem, nos dias 25 e 27 de Outubro de 2023, celebrando a sua obra de investigadora, ensaísta e de escritora (poesia, crónica e ficção). Pôde ser apreciada uma exposição fotográfica e explicativa de momentos significativos da vida da homenageada (nasceu na província da Huíla, em Angola) e ouvidas com agrado comunicações de renomados especialistas de Portugal, Angola, Brasil e outros países. Ana Paula Tavares é uma figura destacada da moderna literatura angolana e uma referência incontornável em todo o espaço da língua portuguesa. Das diversas intervenções que se puderam ouvir durante a homenagem referida acima, destaco a do jornalista, romancista e poeta angolano, José Luís Mendonça, intitulada “Frutos de Marula da Árvore Chamada Ana Paula Tavares”. E não é por acaso que refiro esta comunicação de entre tantas que se ouviram. O seu autor é compatriota da homenageada e um dos mais prestigiados escritores de língua portuguesa. Confesso, também, que me tocou especialmente o facto de ter integrado um romance meu, “Cuéle, o Pássaro Troçador”¹, no conjunto de obras que referiu, sendo que o próprio título da sua comunicação, como veremos adiante, foi inspirado num capítulo da referida publicação.

Eu não tinha podido deslocar-me ao Porto para assistir ao primeiro dia de homenagem à Ana Paula, minha amiga e conterrânea (eu e ela temos as terras altas da Huíla por berço e somos praticamente da mesma idade), mas não quis deixar de estar presente ao que me fosse possível, o que veio a acontecer, bem mais perto, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Claro que não farei aqui a transcrição na íntegra da alocução de Mendonça, pois trata-se de um texto bastante longo. Assim, reportar-me-ei apenas a algumas partes. A primeira, abre com uma epígrafe em que o palestrante anuncia o que se vai seguir:

¹ Vencedor do Prémio de Literatura DST Angola / Camões 2024

«A partir do enquadramento geo-antropo-cronológico da obra de Paula Tavares, através de uma análise comparada com obras de escritores do seu hemisfério, principalmente o romance ‘Cuéle, o Pássaro Troçador’, de Jorge Arrimar, este pequeno ensaio passa depois a analisar especificamente os livros ‘Manual para Amantes Desesperados’ (Prémio Nacional de Cultura Artes, 2007) e ‘A Cabeça de Salomé’, destacando elementos discursivos resultantes da combustão ateada pela ignição da oratura do Sudoeste angolano e da extrema sensitividade feminil da autora.»

Vem depois uma subepígrafe que introduz o ouvinte/leitor para o texto/comunicação principal:

«Quando, a 15 de Agosto de 2023, tive a honra de apresentar em Luanda o romance *Cuéle, o Pássaro Troçador*, de Jorge Arrimar, afirmei que estávamos perante um hemisfério do campo literário angolano que já conta com nomes sonantes como Henrique Abranches, Ruy Duarte de Carvalho, Paula Tavares, Aníbal Simões, Sousa Jamba. Um subsídio valioso para a narrativa meridional da Literatura Angolana. Nesta homenagem a Paula Tavares, reitero essa diafragmentação do campo literário angolano, composta de literaturas do Sudoeste angolano: Centro-Sul, Sul e Leste de Angola, onde se insere de pleno direito Castro Soromenho, José Samuila Kakueji e, também, Henrique Abranches. Nesta homenagem a Paula Tavares, apraz-nos completar o pedestal sobre o qual se eleva a sua figura feminina. São raras, no Campo das Letras angolanas, as mulheres com produção inovadora, de feição verbal deslumbrante. Paula Tavares é, sem dúvida, a primeira grande poeta da Literatura angolana no feminino e poeta de renome no seio da família literária.»

Chegado aqui, Mendonça volta ao romance “Cuéle, o Pássaro Troçador”, dando início ao corpo da sua alocução que titula *Árvore Dentro de Casa*, baseando-se no que se descreve a páginas 72 do referido livro, sobre a casa de campo do médico Cabral Lapa, na Várzea dos Casados, em Moçâmedes, província do Namibe. Numa das salas, existia uma enorme árvore do Sul de Angola, uma marula, cuja copa rasgava o tecto e o telhado e se projectava frondosa no lado de fora. Sobre ela, Cabral Lapa explica que, sendo raras as árvores frondosas na terra, não fazia sentido abater aquela para fazer a casa. Por isso tinha erguido as paredes da casa com ela dentro, sendo ela a sua primeira habitante, antes do dono da casa. E ficou feliz pela sua decisão, pois passou a ter uma bela árvore,

cuja copa fazia sombra nos dias de calor, conservando a sua casa muito mais fresca. Para além disso, colhia os seus frutos e com eles fabricava um bom licor, um óleo belíssimo para a pele e outras coisas interessantes, para além de ter a melodia dos pássaros que nela poisavam.

Pois Mendonça confessa que foi esse Cuéle, o pássaro troçador', que o induziu «à ilustração fitomórfica que desenho na parede desta gruta de papel: árvore de marula chamada Ana Paula Tavares. Há um género de canto que só pode ser dito por quem tem um certo dom de manifestar os espíritos da terra. Não basta ter o dom da palavra, o império lexical e semântico do verbo e as suas conexões com outros domínios da ciência. O ser que evoca e invoca no tempo e no espaço cantares habitados como *Ritos de Passagem*, *Dizes-me Coisas Amargas como os Frutos*, *Manual para Amantes Desesperados*, *Ex-votos* ou *A Cabeça de Salomé* é daquela espécie rara que chega a espantar-se da própria criação, quando vê saírem das suas mãos a pele macia dos novilhos e a lâmina curvada dos cornos dos bois grandes sob a chuva. [...]

A obra da poeta (tanto insistiu o poeta David Mestre, que não há poetisas nem poetisos!) Ana Paula Tavares enquadrava-se num modesto, mas nutrido hemisfério da Literatura Meridional de Angola, que vem da oratura cuanhama e de outros povos da região (é só ouvir Haisikoti) e propiciou a renovação da poesia angolana em 1973, com a obra 'Chão de Oferta', de Ruy Duarte de Carvalho, mas também nos entregou nomes como Jorge Arrimar e Ernesto Lara Filho, porventura os poetas mais representativos desse hemisfério literário.

O homem é um eterno nómada (se se fixa num determinado lugar, sai na mesma todos os santos dias, como o fazia há 200 mil anos para recolher alimentos, hoje no supermercado) e é por via dessa condição que hoje estamos aqui a colectar os frutos de marula da árvore chamada Ana Paula Tavares. [...] Como Cabral Lapa, em *O Pássaro Troçador*, também eu tenho uma bela árvore, cuja copa faz sombra nos dias de calor e, assim, a minha casa (alma) conserva-se mais fresca. Para além disso, colho os seus frutos (poemas) e com eles faço um bom licor (êxtase), um óleo belíssimo para a pele (dos dias vividos) e outras coisas interessantes e que um dia destes (agora e aqui) lhe (vos) conto. Ah!, e temos a melodia dos pássaros que nela poisam (e nunca deixam de chilrear nos meus ouvidos viageiros). Árvore de marula multipolar, multimodal e multi-frutífera. Árvore plantada por quem se deixa trançar os

cabelos pela Poesia. Por quem sabe jogar às pedrinhas pequenas. Por quem se deixa ficar criança de sol a vida inteira. Ana Paula Tavares.»²

E termino este meu texto assinalando Outubro como um mês propício para Ana Paula, pois dois anos decorridos da homenagem referida, neste mesmo mês que também é o de seu nascimento, foi agraciada com o prestigiado Prémio Camões. Anteriormente, já Ana Paula havia recebido vários prémios, entre eles, o Prémio Internazionale Ceppo/Pistoia, em Florença (2013), o Prémio Nacional de Cultura e Arte de Angola em Literatura (2007) e o Prémio Literário Mário António da Fundação Calouste Gulbenkian (2004).

² José Luís Mendonça, texto escrito em Luanda, 7Out.2023 / Lido no Porto, 25Out.2023

O que foi para mim o 25 de Abril de 1974

Eulália Francisco Anjos

Por lapso, o texto que se segue não foi publicado na revista n.º 6.

À autora, as desculpas da equipa.

O meu irmão estava a cumprir o serviço militar obrigatório no Quartel da Administração Militar do Lumiar.

Era furriel miliciano.

Na noite de 24 de abril o comandante do quartel mandou reunir todos os militares na parada e disse-lhes:

«Está em marcha uma revolução. Os nossos camaradas de Santarém já vêm para Lisboa com os carros de combate, bem como os das Caldas da Rainha! Queremos acabar com o estado a que chegou o nosso País, com a guerra na Ultramar, a deserção dos jovens - que não se reveem nesta guerra - para o estrangeiro e os presos políticos!

“São todos convidados a aderir à revolução, quem não quiser fica no quartel até tudo terminar, pois não podemos correr o risco de algo falhar! A nós foi-nos incumbida a missão de tomar a RTP, nossa vizinha, aqui nos Estúdios do Lumiar.»

Todos aderiram com a convicção de que se corresse bem seriam heróis, mas se desse para o torto iriam todos parar a Caxias ou a Peniche como traidores.

Quanto a mim tinha casado havia três meses e não tínhamos por hábito ouvir rádio de manhã ou ver televisão antes de ir trabalhar e nesse dia não foi diferente. O meu marido foi trabalhar para a Lisnave e eu fiquei em Cacilhas para apanhar o barco e ir trabalhar para a Câmara Municipal de Lisboa, nos Paços do Concelho.

Ao chegar a Cacilhas achei estranho pois havia muita gente a conversar e não iam a correr para apanhar o barco como era costume. Encontrei duas colegas minhas, uma jovem como eu e outra com idade para ser nossa mãe. Fomos

para Lisboa e ao entrar no barco estranhámos, pois havia poucos passageiros e estavam todos na cobertura.

À medida que nos íamos aproximando de Lisboa começámos a ver o Terreiro do Paço cheio de soldados e carros de combate! Dirigimo-nos as três a um militar a perguntar o que era aquilo. Ele disse-nos que estava uma revolução em curso e que não podíamos passar. A minha colega mais velha tentou dissuadi-lo dizendo-lhe que éramos três funcionárias da Câmara de Lisboa, que trabalhávamos nos Paços do Concelho e que não podíamos faltar ao serviço, senão corríamos o risco de apanharmos falta injustificada! Ele disse-nos que fôssemos para casa pois não havia trabalho para ninguém naquele dia, uma vez que todos os ministérios estavam fechados e a Câmara também!

Voltámos para Cacilhas e eu, como sabia onde o carro estava estacionado e tinha uma chave, deixei um bilhete ao meu marido a dizer que ia para casa! Ao meio dia e meia chega ele a casa a dizer que a Lisnave tinha sido tomada pelos militares, pois era um ponto estratégico, e o pessoal mandado embora!

II – Atividades

Camões e o seu tempo

Maria Isabel Rosendo e
Maria Júlia Carrapo



“O Homem é o Homem e as suas circunstâncias”
Ortega e Gasset

Na semana de 20 a 23 de janeiro de 2025 a USALMA celebrou os 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões. Entre as várias iniciativas destacamos dois momentos relacionados com a vida e o contexto histórico do poeta. Assim, no dia 20, segunda-feira, foi projetado o filme “Camões” de Leitão de Barros (1946) e na terça, dia 21, realizou-se uma aula aberta intitulada “Camões e o seu tempo”. Percorrendo a História da Europa e de Portugal do século XVI, contextualizou-se a época em que o poeta viveu e criou as suas obras.



A partir de uma linha do tempo, os participantes puderam observar os acontecimentos marcantes da época, conhecer as suas mais importantes personagens e descobrir, no movimento cultural do Renascimento, as origens da obra camoniana.

Paralelamente foi apresentada a vida aventurosa e conturbada de Luís de Camões, com os seus amores, as suas viagens, as suas batalhas, os contrastes que o fizeram por um lado frequentador da corte e por outro das tabernas mais obscuras de Lisboa.

Profundamente original, apesar de seguir os cânones da poesia renascentista, Camões escreveu, em português, os feitos dos heróis do seu tempo, o povo que partia nas caravelas e que descobriu “ novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, e, o que mais é, novo céu e novas estrelas ”. (1537-Publicação do Tratado da Esfera - Pedro Nunes).



Paradoxalmente, a sua grande obra, enaltecendo os feitos dos portugueses é apresentada ao rei D. Sebastião, numa época em que o império português se desmoronava e brevemente, Alcácer Quibir levaria à morte do rei e à perda de independência do reino.

Camões morrerá, amargurado, a 10 de junho de 1580, o mesmo ano em que Filipe II de Espanha se torna rei de Portugal.

Tendo morrido na pobreza, não há certezas do local onde foi sepultado.

Trezentos anos depois, tornado um herói nacional, os seus(?) restos mortais são trasladados para o Mosteiro dos Jerónimos.

A 25 de maio de 1925, o dia 10 de junho é considerado o Dia de Portugal.

Lusíadas: breve abordagem

Edite Prada

Na semana dedicada a Camões cujo quingentésimo aniversário se comemora, convencionalmente, no dia 24 de janeiro, não poderia faltar uma abordagem da epopeia *Os Lusíadas*.

A primeira coisa que se impõe é saber se é relevante ler, hoje, *Os Lusíadas* e como. É que esta obra é tão vasta e tão diversa que pode ser interpretada de forma a servir quase todos os pontos de vista. E uma interpretação perigosamente nacionalista é possível e já foi experimentada...

Então como ler, hoje, numa sociedade que se quer democrática, *Os Lusíadas*?

Não é objetivo deste texto dar a receita para a forma de bordagem. Mas não poderíamos deixar de alertar para esta problemática que tem preocupado muitos dos investigadores mais recentes.

Porém, como grande parte das obras intemporais, há muitas portas para entrar n'*Os Lusíadas*. Porque não destacar a sua vertente lírica? Jorge Fernandes da Silveira, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, defende que *Os Lusíadas* é uma obra em que o épico não é estanque, mas é maior que um épico e liriciza-o sempre que pode. No canto X, estância 145, Camões diz:

*Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida*

Não fala da **tuba canora** que pede às Tágides na invocação inicial, Canto I, estância 5, verso 3, e sim da lira, instrumento musical da lírica...

E o *desconcerto* que perpassa pela sua lírica não será também uma porta para ler a epopeia? E o *mar*, que papel tem n'*Os Lusíadas*?

Não vamos explorar estes aspectos, mas não podíamos deixar de os apontar.

O caminho que propomos, sem ser o mais convencional, não é, também, uma análise revolucionária. É, antes, uma leitura pessoal.

1 – Frontispício da 1.ª edição

Recordemos a problemática associada ao frontispício da 1.ª edição, realizada em 1572. Nesse frontispício há um pelicano que tem a cabeça virada à esquerda em muitos exemplares e virada à direita em outros.

O primeiro estudioso a reparar nisso foi Manuel de Faria e Sousa [1590-1649] – na introdução à edição d'Os Lusíadas em 1639, em Madrid¹.

Mas, segundo Rita Marnoto, professora e investigadora da Universidade de Coimbra, só na edição de 1817 se voltou a referir esse aspeto.

Rita Marnoto apresentou recentemente argumentos que permitem analisar as duas versões e decidir qual é a verdadeira 1.ª edição.

Baseia-se numa análise sistemática e exaustiva do texto e, para facilitar, atribuiu a cada versão uma designação baseada em duas características:

1 – A posição da cabeça do pelicano **S** (*sinistra*) para o que tem a cabeça para a esquerda e **D** (*dextra*) para a versão cuja cabeça está para a direita.

2 – O verso 7 da estância 1, do canto I, que numa versão começa com **E** «E entre gente remota edificaram» e noutra não tem **e** inicial: «Entre gente remota edificaram»:



Figura 1 - Ee/S; I,1, verso 7: E entre gente remota edificaram



Figura 2 – E/D; I, 1, verso 7: Entre gente remota edificaram

¹ Também escreveu outra biografia que foi editada postumamente sob o título “Vida del Poeta”, inserida na edição às Rimas várias de Camões, também em castelhano.

As versões Ee/S e E/D variam noutro grande conjunto de aspetos. A título de exemplo podemos referir que a versão E/D está impressa num papel com características que só surgem a partir de 1582. Além disso, a análise das letras permite concluir que, nessa mesma versão E/D, os tipos estão mais gastos, o que resulta numa letra menos limpa do que a que surge na Ee/S.

Sistematizando:

- E/D – O papel em que está impresso terá surgido por volta de 1582;
- Os tipos estão mais gastos do que na edição Ee/S;
- Conclui-se que a 1.^a edição é a que tem o pelicano virado para a esquerda e cujo verso 7, da estância 1, do canto primeiro começa por e.

Referida esta curiosidade, entremos na obra propriamente dita e recordemos aspetos gerais e consabidos:

2 – Estrutura

a) externa

A obra tem:

- Dez cantos
- Texto em verso decassilábico
- Estrofes de oito versos
- Rima cruzada – primeiros seis versos (ABABAB)
- Rima emparelhada – versos seis e sete (CC)

b) interna

- Proposição (I, 1-3)
- Invocações
 - I, 4-5 - Tágides;
 - III, 1-3 – Calíope;
 - VII, 78-87 – Ninfas do Tejo e do Mondego;
 - X, 8-9 - Calíope
- Dedicatória(s)
 - (I, 6-18);
 - X, 146,5-156 – também designada como Epílogo

- Narração - *In medias res* – A narração inicia quando os marinheiros chegam à ilha de Moçambique (I, 19)

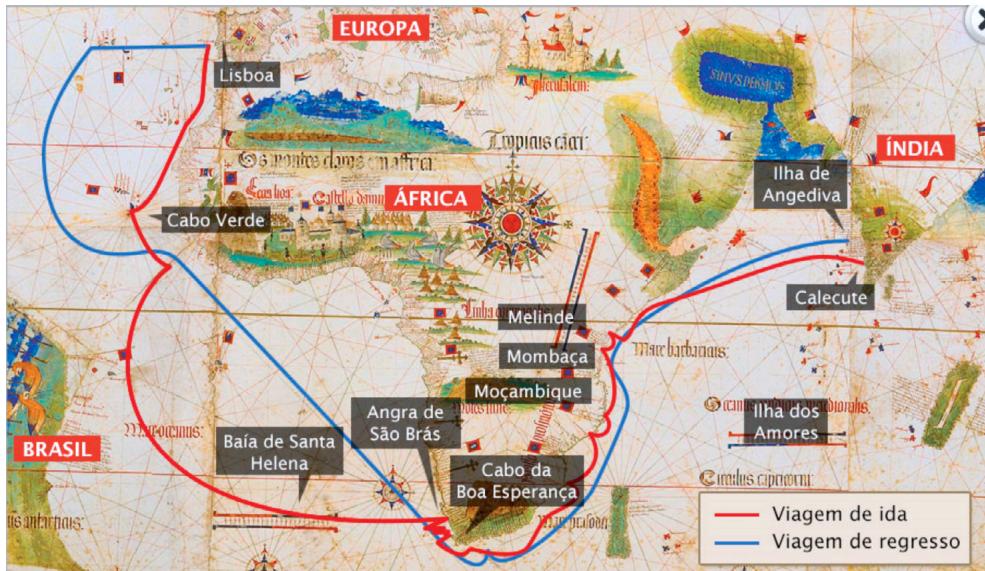


Figura 3 – A viagem de Vasco da Gama (1497-99) e Os Lusíadas (1572) In: <https://www.luisdecamoes.pt/2021/11/os-lusíadas-episódios-principais-e.html>

3 – Narração

A obra contém o que poderemos considerar uma narração principal que é o relato da viagem Lisboa-Calecute. A narrativa é distribuída por três narradores:

Camões - A partir da Ilha de Moçambique no Canto I;

Vasco da Gama (em Melinde):

- Viagem de Lisboa à ilha de Moçambique – Canto V;
- História de Portugal² – Canto - III – a partir dos Lusitanos e 1.^a dinastia; – Canto IV – 2.^a dinastia.

Paulo da Gama, que explica ao Catual os símbolos das bandeiras - Canto VII

A narrativa principal é enriquecida por episódios vários no tema e no estilo.

² A História de Portugal contada abrange o período desde os Lusitanos à morte de Gonçalo da Silveira, em 1561 (narrada em profecia pela voz da Ninfia na Ilha dos Amores – Canto X, 93)

Lusíadas – Episódios

A - Pictóricos ou descritivos/natureza

- Fogo de Santelmo – V, 18;
- Tromba marítima – V, 18-23;
- Escorbuto – V, 81-83;
- Tempestade – VI, 70-91.

B - Simbólicos

- Sedução de Júpiter por Vénus – II, 33-41 (lírico);
- Sonho de D. Manuel – IV, 67-75 – Os rios Ganges e Indo aparecem a D. Manuel acusando-o de não estar a fazer o que deve para os conquistar;
- Velho do Restelo – IV, 94-104 (dramático);
- Gigante Adamastor - V, 37-60 (dramático e lírico-confessional);
- Ilha dos Amores – IX, 53-88; X, 1-143;
- Martírio de S. Tomé³ – X, 108-119 (religioso e histórico)

1584 – Lusíadas comentados pela primeira vez

A primeira edição d'*Os Lusíadas* era muito complexa até para os mais cultos do seu tempo, o que fazia com que a sua compreensão fosse difícil.

Em 1584 saiu uma segunda edição, face à qual a censura não foi tão benevolente como fora com a primeira, havendo muitas substituições de palavras e mesmo de interpretações, uma das quais levou a que esta edição passasse a ser conhecida como a edição dos Piscos. Diz Serrão que «A designação de ed. dos Piscos resulta de uma infeliz explicação dada à estância LXV do Canto III (‘Com estas sujugada foi Palmela e a **piscosa** Cezimbra e juntamente ...’), apresentada assim: ‘A piscosa Cezimbra porque, em certo tempo se ajunta ali grande quantidade de piscos para passarem à África’. Ora Sesimbra é piscosa porque tem muitos peixes que em latim é *piscis*. (SERRÃO, 1973: 3).

³ São Tomé, o apóstolo, andava a pregar em Meliapor, n'*Os Lusíadas* chamada de Narsinga, onde fazia milagres. A sua fama preocupou os Brâmanes que começaram a conjurar a sua morte. Então o chefe mata o próprio filho e acusa Tomé, mas este ressuscita-o e o filho acusa o pai e agradece a Tomé. No entanto os Brâmanes continuam a manipular os seus súbditos e acabam por matar Tomé com pedradas e com uma lança. S. Tomé ficou aí sepultado.

Os comentários à edição de 1584 são extensos, ocupando, por vezes várias páginas com o comentário a uma estância.

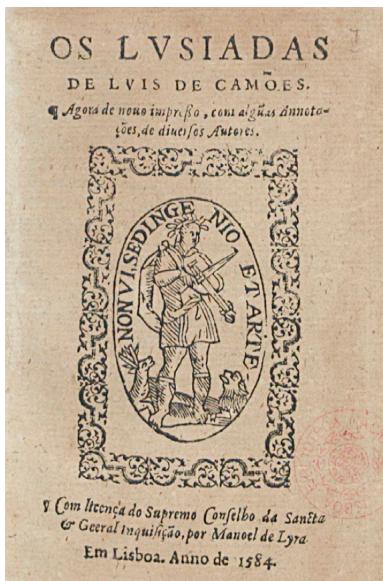


Figura 4 – Capa da edição de 1584

Na imagem abaixo temos o início do comentário à segunda estância do primeiro canto, na Proposição.

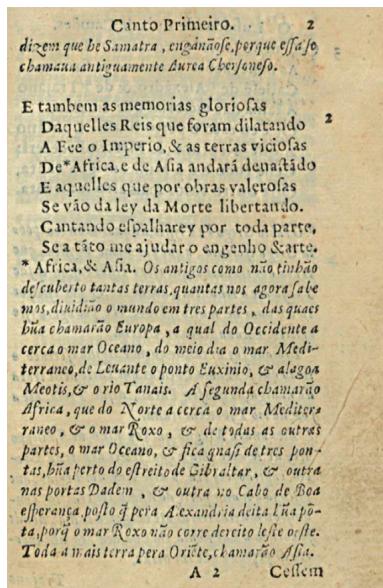


Figura 5 – Edição de 1584, I, 2

Esta edição causou alguma celeuma, o que levou dois amigos de Camões a preparar outra, também muito comentada em 1613.

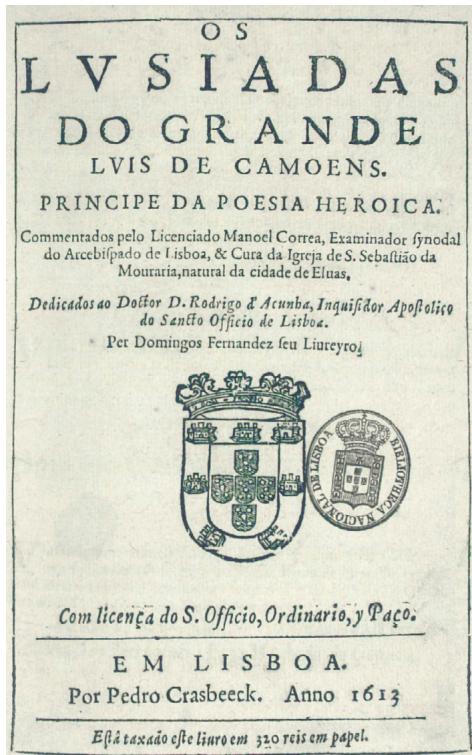


Figura 6 - Edição 1613, capa

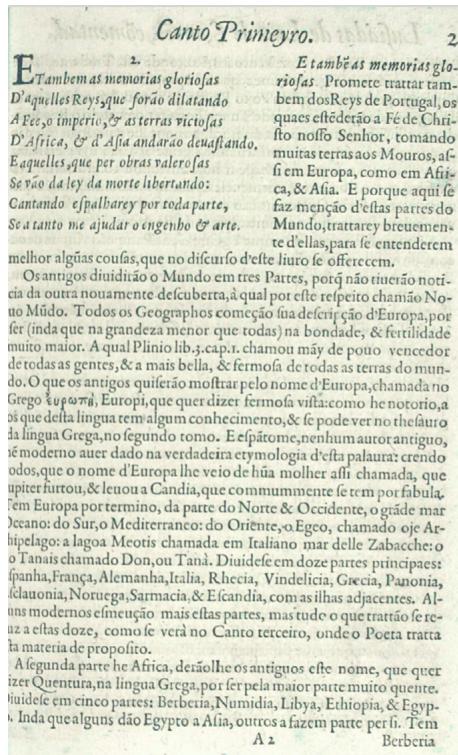


Figura 7 - Edição 1613, I, 2

Os comentários são de Manuel Correia, sacerdote na, hoje, capelinha do Martim Moniz, ou capela de N. Sra da Saúde. Era amigo de Camões. É também nesta edição que surge o primeiro esboço de biografia de Camões da autoria de Pedro Mariz.

Os comentários também são muito extensos. A mesma estância que surge na imagem acima tem, em 1613, cinco páginas de comentário.

Para termos uma ideia a estância é esta:

I, 2

E também as memórias glorioas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas

De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Depois desta visão geral, vejamos alguns episódios d'Os Lusíadas.

A Europa n'Os Lusíadas – Canto III, 6-21

No final do canto II, o rei de Melinde pede a Vasco da Gama que lhe conte de que terra vêm os Portugueses e que hábitos e clima têm e também como foi a sua viagem até aí.

Gama segue a ordem sugerida pelo rei de Melinde, começando por falar de Portugal, nos cantos III e IV e finalmente da viagem no canto V.

Começa a fazer a apresentação pelo espaço: o continente europeu, descrevendo toda a Europa e referindo povos e reis.

A descrição é feita do geral para o particular.

III, 6

«Entre a Zona que o Cancro senhoreia, Cancro: trópico de Câncer; zona temperada
Meta Setentrional do Sol luzente,
E aquela que por fria se arreceia
Tanto, como a do meio por ardente,
Jaz a soberba Europa, a quem rodeia,
Pela parte do Arcturo e do Ocidente.
Com suas salsas ondas o Oceano,
E pela Austral, o Mar Mediterrano.

7

Da parte donde o dia vem nascendo,
Com Ásia se avizinha; mas o rio
Que dos Montes Rifeios vai correndo
Na alagoa Meótis, curvo e frio,
As divide, e o mar que, fero e horrendo,

Viu dos Gregos o irado senhorio,
Onde agora de Troia triunfante
Não vê mais que a memória o navegante.

(...)

16

«Gália ali se verá, que nomeada
C'os Cesáreos triunfos foi no mundo;
Que do Séquana e Ródano é regada
E do Garuna frio e Reno fundo.
Logo os montes da Ninfa sepultada,
Pirene, se alevantam, que, segundo
Antiguidades contam, quando arderam,
Rios de ouro e de prata antão correram.

Pirene: teria sido enterrada por Hércules
n'Os Pirenéus

17

«Eis aqui se descobre a nobre Espanha,
Como cabeça ali de Europa toda,
Em cujo senhorio e glória estranha
Muitas voltas tem dado a fatal roda;
Mas nunca poderá, com força ou manha,
A Fortuna inquieta pôr-lhe noda
Que lha não tire o esforço e ousadia
Dos belicosos peitos que em si cria.

Espanha significa aqui Península Ibérica

noda: nódoa

18

«Com Tingitânia entesta; e ali parece
Que quer fechar o Mar Mediterrâno
Onde o sabido Estreito se enobrece
Co extremo trabalho do Tebano.
Com nações diferentes se engrandece,
Cercadas com as ondas do Oceano;
Todas de tal nobreza e tal valor
Que qualquer delas cuida que é melhor.

Hércules. Último trabalho: estreito de
Gibraltar

19

«Tem o Tarragonês, que se fez claro
Sujeitando Parténope inquieta;
O Navarro, as Astúrias, que reparo
Já foram contra a gente Mahometa;
Tem o Galego cauto e o grande e raro
Castelhano, a quem fez o seu Planeta
Restituidor de Espanha e senhor dela;
Bétis, Leão, Granada, com Castela.

Tarragonês: aragoneses e catalães
Parténope: Nápoles

Referência à Reconquista

20

«Eis aqui, quási cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa
E onde Febo repousa no Oceano.
Este quis o Céu justo que floreça
Nas armas contra o torpe Mauritano,
Deitando-o de si fora; e lá na ardente
África estar quieto o não consente.

20,4: Onde o sol se põe

21

«Esta é a ditosa pátria minha amada,
À qual se o Céu me dá que eu sem perigo
Torne, com esta empresa já acabada,
Acabe-se esta luz ali comigo.
Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lysa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela antão os íncolas primeiros.

Íncolas: habitantes

Esta descrição tem como pressuposto um mapa antropomorfizado de Europa intitulado **Europa Regina**, publicado na “*Cosmographia Universal*” (1544) de Sebastian Münster (1489-1552) e que, certamente, Camões conhecia.

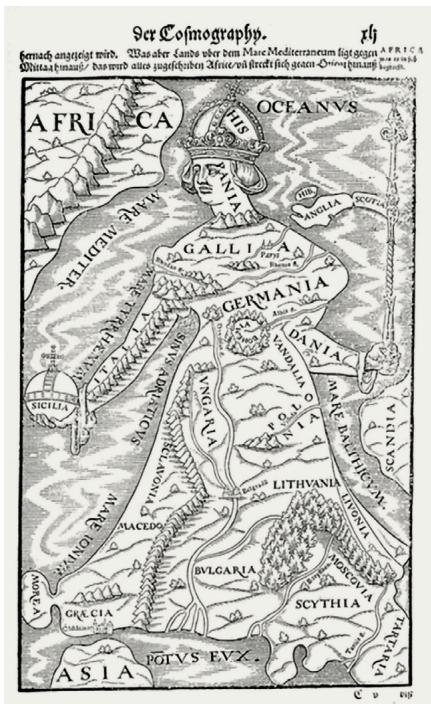


Figura 8 - Europa Regina na Cosmographia Universal (1544) de Sebastian Münster (1489-1552) https://pt.wikipedia.org/wiki/Europa_Regina#/media/Ficheiro:Europe_As_A_Queen_Sebastian_Munster_1570.jpg

Na verdade, se colocarmos o mapa da Europa com o Ocidente para cima não é difícil imaginar uma mulher na configuração da Europa:



Figura 9 – Mapa da Europa com o Ocidente para cima. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_europa.svg

Fernando Pessoa usa o mesmo modelo na apresentação que faz da Europa no início da Mensagem:

O DOS CASTELOS; Mensagem. Fernando Pessoa

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.
O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.
O rosto que fita é Portugal.

Muito se pode dizer sobre *Os Lusíadas* e muitos episódios se podem escolher. Optámos por apresentar episódios menos comentados. A Formosíssima Maria é um deles. Acresce o facto de ser um discurso feminino, de uma dama que se apresenta frágil e de lágrima fácil.

O episódio acontece no reinado de D. Afonso IV, cuja filha, Maria, está casada com o rei de Castela, Afonso XI. D. Afonso IV está zangado com o genro e decide não o ajudar numa batalha que ele vai efetuar contra os mouros. D. Maria vem ter com o pai a convencê-lo a ajudar o marido. Assim D. Afonso IV participa na Batalha do Salado que Camões também narra.

Discurso lírico – Formosíssima Maria - Canto III, 102 – 106

102

Entrava a formosíssima Maria
Pelos paternais paços sublimados,
Lindo o gesto, mas fora de alegria,
E seus olhos em lágrimas banhados;
Os cabelos angélicos trazia

Pelos ebúrneos ombros espalhados:
 Diante do pai ledo, que a agasalha,
 Estas palavras tais, chorando, espalha:

103

— “Quantos povos a terra produziu
 De África toda, gente fera e estranha,
 O grão Rei de Marrocos conduziu
 Para vir possuir a nobre Espanha:
 Poder tamanho junto não se viu,
 Depois que o salso mar a terra banha.
 Trazem ferocidade, e furor tanto,
 Que a vivos medo, e a mortos faz espanto.

104

— “Aquele que me deste por marido,
 Por defender sua terra amedrontada,
 Co’o pequeno poder, oferecido
 Ao duro golpe está da Maura espada;
 E se não for contigo socorrido,
 Ver-me-ás dele e do Reino ser privada,
 Viúva e triste, e posta em vida escura,
 Sem marido, sem Reino, e sem ventura.

(...)

106

“Não de outra sorte a tímida Maria
 Falando está, que a triste Vénus, quando
 A Júpiter, seu pai, favor pedia
 Para Eneias, seu filho, navegando;
 Que a tanta piedade o comovia
 Que, caído das mãos o raio infando,
 Tudo o clemente Padre lhe concede,
 Pesando-lhe do pouco que lhe pede.

O discurso de Vénus n'*Os Lusíadas* é, também um discurso feminino, mas o tema central não é a fragilidade, mas a sensualidade. Esta Vénus sensual não corresponde à imagem de Vénus na *Eneida* quando pede apoio para o filho Eneias, como vimos na estância 106 do canto III, acima.

Discurso lírico - Pedido de Vénus a Júpiter – II, 33-41

Quando os portugueses aportam na ilha de Moçambique começam a ser importunados por Baco o que leva Vasco da Gama e sentir-se fragilizado e a dirigir uma oração a Deus pedindo apoio.

Quem responde a esse pedido é Vénus, num dos muitos jogos entre mitologia cristã e mitologia pagã...

33

Ouviu-lhe essas palavras piedosas
A formosa Dione, e comovida,
Dentre as Ninfas se vai, que saudosas
Ficaram desta súbita partida.
Já penetra as Estrelas luminosas,
Já na terceira Esfera recebida
Avante passa, e lá no sexto Céu,
Para onde estava o Padre, se moveu.

Lua-Mercúrio-Vénus-Sol-Marte-Júpiter

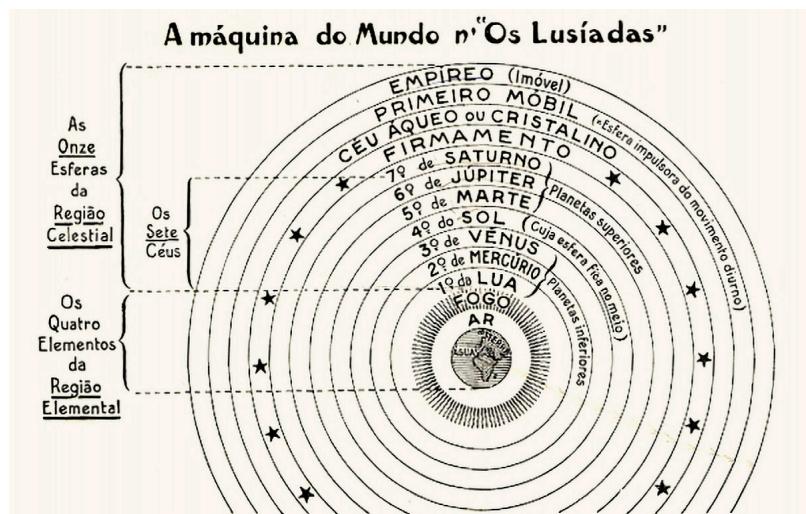


Figura 10 – Máquina do Mundo

34

E como ia afrontada do caminho,
 Tão formosa no gesto se mostrava,
 Que as Estrelas e o Céu e o Ar vizinho,
 E tudo quanto a via namorava.
 Dos olhos, onde faz seu filho o ninho,
 Uns espíritos vivos inspirava,
 Com que os Pólos gelados acendia,
 E tornava do Fogo a esfera fria.

35

E por mais namorar o soberano
 Padre, de quem foi sempre amada e cara,
 Se lhe apresenta assim como ao Troiano,
 Na selva Idea, já se apresentara.
 Se a vira o caçador, que o vulto humano
 Perdeu, vendo Diana na água clara,
 Nunca os famintos galgos o mataram,
 Que primeiro desejos o acabaram.

Troiano: Páris, no «julgamento de Páris»

Actéon transformado em veado

36

Os crespos fios d'ouro se esparziam
 Pelo colo, que a neve escurecia;
 Andando, as lácteas tetas lhe tremiam,
 Com quem Amor brincava, e não se via;
 Da alva petrina flamas lhe saíam,
 Onde o Menino as almas acendia;
 Pelas lisas colunas lhe trepavam
 Desejos, que como hera se enrolavam.

petrina: cintura

37

C'um delgado sendal as partes cobre,
 De quem vergonha é natural reparo,
 Porém nem tudo esconde, nem descobre,
 O véu, dos roxos lírios pouco avaro;

Mas, para que o desejo acenda o dobre,
Lhe põe diante aquele objeto raro.
Já se sentem no Céu, por toda a parte,
Ciúmes em Vulcano, amor em Marte.

Vulcano: marido de Vénus

38

E mostrando no angélico semblante
Co'o riso uma tristeza misturada,
Como dama que foi do incauto amante
Em brincos amorosos maltratada,
Que se aqueixa e se ri num mesmo instante,
E se torna entre alegre magoada,
Desta arte a Deusa, a quem nenhuma iguala,
Mais mimosa que triste ao Padre fala:

39

“Sempre eu cuidei, ó Padre poderoso,
Que, para as cousas que eu do peito amasse,
Te achasse brando, afábil e amoroso,
Posto que a algum contrário lhe pesasse;
Mas, pois que contra mim te vejo iroso,
Sem que to merecesse, nem te errasse,
Faça-se como Baco determina;
Assentarei enfim que fui mofina.

40

“Este povo que é meu, por quem derramo
As lágrimas que em vão caídas vejo,
Que assaz de mal lhe quero, pois que o amo,
Sendo tu tanto contra meu desejo!
Por ele a ti rogando choro e bramo,
E contra minha dita enfim pelejo.
Ora pois, porque o amo é maltratado,
Quero-lhe querer mal, será guardado.

41

“Mas moura em fim nas mãos das brutas gentes,
 Que pois eu fui...” E nisto, de mimosa,
 O rosto banha em lágrimas ardentes,
 Como co’o orvalho fica a fresca rosa.
 Calada um pouco, como se entre os dentes
 Se lhe impedira a fala piedosa,
 Torna a segui-la; e indo por diante,
 Lhe atalha o poderoso e grão Tonante.

42

E destas brandas mostras comovido,
 Que moveram de um tigre o peito duro,
 Co’o vulto alegre, qual do Céu subido,
 Torna sereno e claro o ar escuro,
 As lágrimas lhe alimpa e, acendido,
 Na face a beija, e abraça o colo puro;
 De modo que dali, se só se achara,
 Outro novo Cupido se gerara.

43

E co’o seu apertando o rosto amado,
 Que os soluços e lágrimas aumenta,
 Como menino da ama castigado,
 Que quem no afaga o choro lhe acrescente,
 Por lhe pôr em sossego o peito irado,
 Muitos casos futuros lhe apresenta.
 Dos fados as entranhas revolvendo,
 Desta maneira enfim lhe está dizendo:

44

“Formosa filha minha, não temais
 Perigo algum nos vossos Lusitanos,
 Nem que ninguém comigo possa mais,
 Que esses chorosos olhos soberanos;

Que eu vos prometo, filha, que vejas
Esquecerem-se Gregos e Romanos,
Pelos ilustres feitos que esta gente
Há-de fazer nas partes do Oriente.

Reflexões do poeta: Canto V, 92-100 Desprezo pelas Artes e pelos Artistas

O poeta, apesar de escrever uma epopeia, não deixa de colocar aqui e ali mensagens às vezes subtils, outras vezes explícitas. Os momentos mais relevantes são:

Canto I, 105-106 – Fragilidade Humana – Gama é enganado por Baco;

Canto III, 142-143 – O Amor - Episódio de Inês de Castro;

Canto IV, 95-104 – Ambição humana - Discurso do Velho do Restelo;

Canto V, 92-100 – Desprezo pelas Artes e pelos Artistas – após o discurso de Gama, em Melinde;

Canto VII, 2-15 – Nações que não propagam a fé - As outras nações não repetem os feitos dos portugueses;

Canto VIII, 96-99 – Corrupção humana – Gama é sequestrado e resgatado após um pagamento;

Canto IX, 92-95 – Como atingir a glória eterna – quatro requisitos:

- trabalho;
- controlo da ambição e da ganância;
- busca pela igualdade entre todos;
- Justa guerra contra os mouros.

Canto X, 145-156 - Falta de reconhecimento da Arte e dos Artistas

Poderemos verificar que a arte e seu reconhecimento surgem nos cantos V e X. Alguns investigadores defendem que se podem isolar n'*Os Lusíadas* dois ciclos épicos. Um a terminar com um acolhimento positivo em Melinde, outro com um acolhimento positivo na ilha dos amores. No final de cada um destes ciclos, surgem as considerações do poeta sobre a Arte e sobre o seu reconhecimento.

Em Melinde, Vasco da Gama termina a sua narração e o poeta descreve-nos o efeito que as suas palavras tiveram no auditório ao mesmo tempo que lamenta que a corte portuguesa não seja dada às artes, pois se as não conhece não as pode respeitar nem valorizar

90

Da boca do facundo Capitão
 Pendendo estavam todos embebidos,
 Quando deu fim à longa narração
 Dos altos feitos grandes e subidos.
 Louva o Rei o sublime coração
 Dos Reis em tantas guerras conhecidos;
 Da gente louva a antiga fortaleza,
 A lealdade de ânimo e nobreza.

91

Vai recontando o povo, que se admira,
 O caso cada qual que mais notou;
 Nenhum deles da gente os olhos tira,
 Que tão longos caminhos rodeou.
 Mas já o mancebo Délio as rédeas vira
 Que o irmão de Lampécia mal guiou, irmão de Lampécia: Faetonte fez cair o carro do Sol
 Por vir a descansar nos Tétios braços; Tétios: de Tétis; mar
 E el-Rei se vai do mar aos nobres paços.

92

Quão doce é o louvor e a justa glória
 Dos próprios feitos, quando são soados!
 Qualquer nobre trabalha que em memória
 Vença ou iguale os grandes já passados.
 As invejas da ilustre e alheia história
 Fazem mil vezes feitos sublimados.
 Quem valerosas obras exercita,
 Louvor alheio muito o esperta e incita.

(...)

95

Dá a terra lusitana Scipiões,
Césares, Alexandros, e dá Augustos;
Mas não lhe dá contudo aqueles dois
Cuja falta os faz duros e robustos.
Octávio, entre as maiores opressões,
Compunha versos doutos e venustos.
Não dirá Fúlvia certo que é mentira,
Quando a deixava António por Glafira,

96

Vai César, sojugando toda França,
E as armas não lhe impedem a ciência;
Mas, numa mão a pena e noutra a lança,
Igualava de Cícero a eloquência.
O que de Cipião se sabe e alcança,
É nas comédias grande experiência.
Lia Alexandre a Homero de maneira
Que sempre se lhe sabe à cabeceira.

97

Enfim, não houve forte capitão,
Que não fosse também donto e ciente,
Da Lácia, Grega, ou Bárbara nação,
Senão da Portuguesa tão somente.
Sem vergonha o não digo, que a razão
De algum não ser por versos excelente,
É não se ver prezado o verso e rima,
Porque, quem não sabe arte, não na estima.

98

Por isso, e não por falta de natura,
Não há também Virgílios nem Homeros;
Nem haverá, se este costume dura,
Pios Eneias, nem Aquiles feros.

Mas o pior de tudo é que a ventura
 Tão ásperos os fez, e tão austeros,
 Tão rudos, e de engenho tão remisso,
 Que a muitos lhe dá pouco, ou nada disso.

99

Às Musas agradeça o nosso Gama
 o Muito amor da Pátria, que as obriga
 A dar aos seus na lira nome e fama
 De toda a ilustre e bélica fadiga:
 Que ele, nem quem na estirpe seu se chama,
 Calíope não tem por tão amiga,
 Nem as filhas do Tejo, que deixassem
 As telas douro fino, e que o cantassem.

(...)

Natureza/Conhecimento empírico

Temos visto sobretudo aspectos aos quais se tem acesso pelo estudo e pela leitura. Mas o saber de experiência feito também tem lugar n'*Os Lusíadas*, quando o poeta descreve o fogo de santelmo, no canto V, 18 e a tromba marítima canto V, 18-23.

Bibliografia

CAMÕES. Luís Vaz. *Lusíadas*, ed. Org. por António José Saraiva. Figueirinhas. Porto (1978)

LAMAS, Maria Paula. «A influência espanhola na edição de 1584 d'*Os Lusíadas*» *Soletrias*, Ano VI, n.º 11. São Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2006 (p. 24-32)

MARNOTO, Rita, *Os Lusíadas de Luís de Camões. Edição crítica da princeps*. Centre International d'Études Portugaises de Genève – CIEPG, Vol. I. 2023

MARNOTO, Rita. *Luís de Camões. A edição 'princeps' de 'Os Lusíadas*, conferência virtual e presencial, Sociedade de Geografia de Lisboa, 11 de out. 2024

SERRÃO, Eduardo da Cunha. *As edições quinhentistas de Os Lusíadas e as primeiras traduções*. In: *Separata da Revista dos Correios e Telecomunicações*, n.º 26. Lisboa, 1973.

A flora na poesia camoniana

Helena Cruz

O presente ano tem sido alvo de diversas manifestações culturais que visaram comemorar os 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões. A sua genialidade poética que culminou com na mais célebre obra que dignifica a epopeia portuguesa por além-mar – Os Lusíadas – sugere várias leituras que entrelaçam a história e geografia de povos que habitavam em locais distantes onde, por novas rotas, chegaram os descobrimentos portugueses. Nesse manancial de informação a sensibilidade do poeta manteve uma permanente atenção ao mundo natural, matizando com frequência as suas estrofes com observações alusivas às plantas que mais atenção lhe despertaram, não só para louvar o amor, como para referenciar aspetos da vida quotidiana nas suas variadas vertentes.

III, 134

Assi como a **bonina**, que cortada
Antes do tempo, foi cándida e bela,
Sendo das mãos lascivas mal tratada
Da menina que a trouxe na capela,
O cheiro traz perdido e a cor murchada:
Tal está morta, a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas, e perdida
A branca e viva cor co'a doce vida.



Perguntam a Cupido, que ali estava,
Qual daquelas três flores tomaria,
Por mais suave, pura e fermosa.
Sorrindo-se, o Menino lhe tornava:
Todas fermosas são; mas eu queria
Viol'antes que lírio, nem que **rosa**

Soneto



A genialidade de Camões guiada por uma ávida curiosidade, sólido conhecimento e sensibilidade atenta sobre as questões da sua época, permitiu-lhe perscrutar o mundo, desde o coração humano até ao âmago de uma natureza desconhecida e longínqua, revelando mistérios ocultos para os europeus do seu tempo.

Nos tempos da sua juventude, as flores que coloriam as margens do Mondego, foram fontes de inspiração para amores inacessíveis ou escondidos. Ele cita na Lírica:

*Vêem-se rosas e boninas,
Olhos, nesse vosso ver;
Vêem-se mil almas arder
No fogo dessas meninas.*

boninas: margaridas; flores campestres

“Cantiga a ūa mulher que se chamava Grácia de Moraes» em redondilha maior

E, nos Lusíadas, pelas terras exóticas da Índia distante, são muitos os momentos em que Camões introduz referências à flora, muitas vezes focando produtos que os portugueses traziam:

IX, 14

Leva pimenta ardente, que comprara

A seca flor de Banda não ficou;

seca flor de Banda – anilhas que envolvem a noz-moscada

A noz e o negro cravo que faz clara

A nova ilha de Maluco, co'a canela

nova ilha – descoberta em 1512. Camões sugere que pela canela Gama a conheceria

Com que Ceilão é rica, ilustre e bela.

Ceilão, ou Taprobana – hoje Sri Lanka



X; 132

*Olha cá pelos mares do Oriente
As infinitas ilhas espalhadas;
Vê Tidore e Ternate, co ó fervente
Cume que lança as flamas ondeadas.
As árvores verás do cravo ardente,
Co' o sangue português inda compradas.
Aqui há áureas aves, que não decem
Nunca a terra, e só mortas aparecem.*

A leitura atenta das informações botânicas presentes nas suas principais obras permite - apesar de algumas dificuldades na identificação objetiva - obter uma visão estética, adornada de beleza, como, também, de natureza científica sobre diversas plantas conhecidas ou, ainda desconhecidas na época, no universo europeu. A obra camonianiana permite um olhar magnífico, rico e abrangente, da natureza do mundo à época nas suas múltiplas vertentes.

O Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, atribuído a Álvaro Velho

Glória de Brito e Edite Prada

A viagem de Vasco da Gama, realizada entre 1497-1498, assume uma enorme importância na época, porque veio invalidar mitos, teorias e crenças herdadas da antiguidade clássica e da idade média.

Dados biográficos

Vasco da Gama nasceu em Sines em data ainda incerta, entre 1460 e 1469, filho de uma família da pequena burguesia, ligada à ordem de Santiago. Faleceu em Cochim a 24 de dezembro de 1524.

Poderá ter estudado matemática, navegação e talvez astronomia, em Évora.

Ficou conhecido pelas suas qualidades de líder e de marinheiro numa intervenção, bem sucedida, contra a pirataria que envolvia navios franceses.

D. João II selecionou-o para liderar a viagem à Índia.

D. Manuel I manteve a estrutura preparada por D. João II, pelo que Vasco da Gama foi o capitão da 1.^a viagem à Índia, que ocorreu entre 1497-1499 e conduziu à descoberta do caminho marítimo para a Índia.

No regresso desta primeira viagem, recebeu enormes recompensas entre as quais a doação da vila de Sines, onde ele mandou reedificar a Igreja de N. Sra. das Salas, onde pode ler-se a seguinte inscrição:

“Esta casa de nosa Senhora das Salas mandou fazer o muito manjifico Senhor o dō uasco da gama conde da vjdjgueira almjrante e vjso rej das yndias foy feita no ano de nosso senhor o jhesu christo de •mil• e BCXXJX ano”. [1629]



Figura 1 – Igreja de N. Sra das Salas

Fez uma segunda viagem à Índia em 1502-1503, mas, apesar do sucesso dessa viagem caiu em desgraça junto a D. Manuel, que lhe retirou a doação da Vila de Sines, concedendo-lhe, no entanto, privilégios vários para os domínios que possuía em Niza, no Alentejo e, mais tarde, em 1519, nomeou-o conde da Vidigueira. Pensa-se que essa situação terá ocorrido por influência de D. Jorge, filho natural de D. João II.

Com a morte de D. Manuel em 1521, Vasco da Gama foi de novo mobilizado por D. João III, desta vez para o cargo de vice-rei da Índia. A armada partiu em abril de 1524, mas Vasco da Gama contraiu malária em Goa e morreu seis meses depois em Cochim, a 24 de dezembro de 1524.

Foi sepultado na Igreja de S. Francisco, em Cochim, onde permaneceu 15 anos, entre 1524 e 1539.

O local onde esteve o túmulo é conservado como memória da sua presença.



Figura 2 – Brasão dos Gama



Figura 3 – Brasão de Vasco da Gama, conde da Vidigueira



Figura 5 - Local onde Vasco da Gama esteve sepultado, na Igreja de São Francisco, Cochim (1524-1539), Foto de Júlia Wallers

Em 1539, os seus restos mortais foram trasladados para Portugal, para a Igreja de um convento carmelita, na Quinta do Carmo (hoje propriedade privada), na Vidigueira, cidade onde existem



Figura 4 - Igreja de S. Francisco Cochim

lugares de memória do navegador (uma praça, uma escola, uma estátua...) e onde a sua passagem continua presente na memória, como se pode ver no excerto de um poema publicado em 2014:

Poema sobre a Quinta do Carmo

Ah! Na Vidigueira, existe um lugar emblemático,
 É o Convento de Nossa das Relíquias,
 Inserido num ambiente estático,
 Mas no qual a conjunção de cores ilustra nobres fasquias!

Dom Vasco da Gama venerava este Convento lendário,
 Onde antes a Virgem aparecera a uma pastora
 Que levava uma vida batalhadora,
 Motivando a criação dum culto primário.

Mensageiro da Vidigueira: <https://omensageirodavidigueira.blogspot.com/2014/01/o-convento-de-nossa-senhora-das.html>

Em 1880 os restos mortais foram trasladados para o Mosteiro dos Jerónimos, ficando ao lado de Luís de Camões.



Figura 6 – Túmulo de Vasco da Gama no Jerónimos. Foto Alvesgaspar - Fotografia própria, CC BY-SA 4.0 <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=4558898>

A FROTA E VIAGEM

Como já vimos, foi Vasco da Gama quem comandou a frota da primeira viagem à Índia, constituída por três caravelas e uma nau de mantimentos, representadas num manuscrito iluminado, anónimo, conhecido por *Livro das Armadas*.



Figura 7 – Frota da primeira viagem à Índia

Segundo as diversas fontes, no total teriam integrado a frota entre 150 a 160 homens, entre marinheiros e soldados. Mas os elementos são divergentes: Lopes de Castanheda refere 148 homens, João de Barros 170 e Gaspar Correia 260.

D. João II morre em 1495, mas deixa preparadas as condições para a realização da viagem à Índia. Dez anos antes, em 1488, Bartolomeu Dias dobrara o Cabo da Boa Esperança, o que provou ser possível chegar à Índia por mar.

Por outro lado, o relatório da viagem por terra que Pêro da Covilhã fez até Calecute aumenta o conhecimento que se tem da Índia. Diz Álvaro Velho:

À terça-feira, que foram 24 dias do dito mês, nos partimos daqui [Melinde] com o piloto que el-rei deu, para uma cidade, que se chama Calecut, da qual cidade el-rei tinha notícia, e fomos a leste a demandá-la. (A. V., 70¹)

A frota de Vasco da Gama compunha-se de quatro embarcações. Segundo José Pedro MACHADO e Viriato CAMPOS (1969, 21) a composição seria a seguinte:

Navio <i>São Gabriel</i>	Capitão – Vasco da Gama, capitão-mor da frota Piloto – Pêro de Alenquer, piloto-chefe Escrivão – Diogo Dias
Navio <i>São Rafael</i> (1)	Capitão – Paulo da Gama (irmão mais velho de Vasco da Gama) Piloto – João Coimbra Escrivão – João de Sá
Navio <i>Bérrio</i>	Capitão – Nicolau Coelho, criado da casa D'El-Rei Piloto – Pêro Escobar Escrivão – Álvaro Braga
Nau de mantimentos (2)	Capitão – Gonçalo Nunes Piloto – Afonso Gonçalves (3)

- (1). O navio São Rafael foi destruído na viagem de regresso, por não haver tripulação suficiente para o manobrar.
- (2). Levava o pessoal estritamente necessário para a conduzir até que fosse destruída.
- (3). Este técnico deveria ter ficado depois suplente dos pilotos dos três navios, para a hipótese de algum adoecer ou morrer. Vasco da Gama, em Moçambique procurou arranjar dois pilotos árabes precisamente porque desejava ficar precavido no caso de um deles falecer na longa travessia do Índico

Apenas como curiosidade, esta linda imagem de São Rafael, acompanhava Paulo da Gama e Vasco da Gama recolheu-a na sua nau, tendo-o acompanhado em todas as suas viagens. Encontra-se no Museu da Marinha.



Figura 8 – Imagem de S. Rafael

¹ As páginas indicadas correspondem ao *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, com apresentação e notas de Neves Águas. Publicações Europa América, 1998.

O trajeto da ida

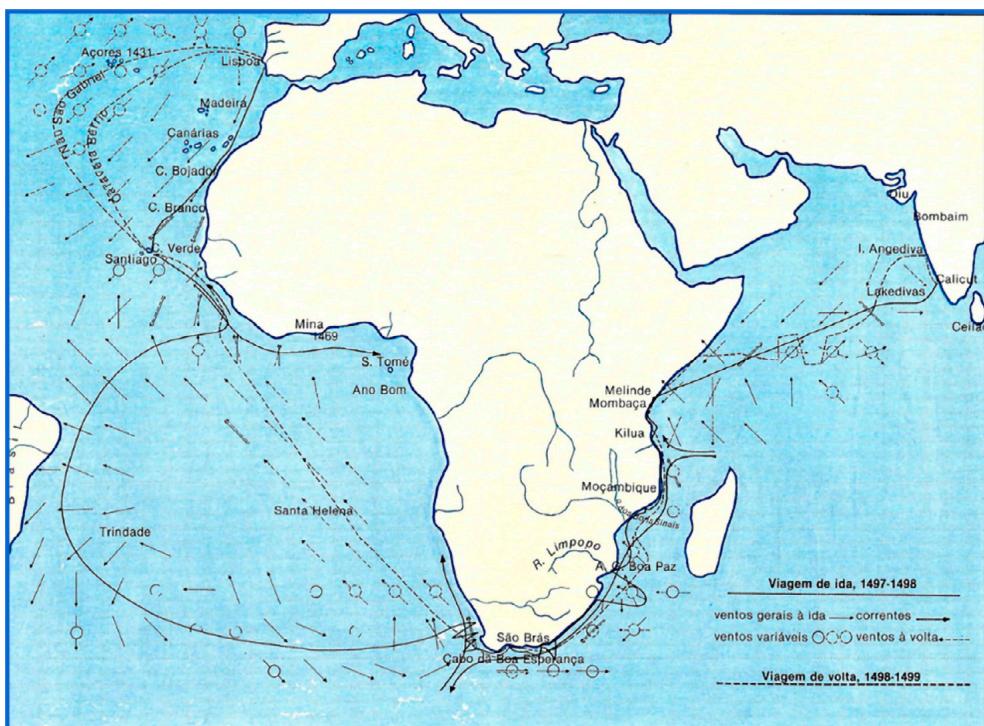


Figura 9 - O trajeto da viagem, segundo a reconstituição de Gago Coutinho.

A armada partiu de Belém a 8 de julho de 1497; fez escala em Santiago a 28 de julho e depois de uma longa volta de cerca de 3 meses avista terra na Baía da Santa Helena a 4 de novembro. Aí ficam oito dias a reparar os navios e a procurar água e mantimentos.

Dobram o Cabo da Boa Esperança a 22 de novembro e chegam à Baía de S. Brás em 25 de novembro, onde desfizeram a Nau de Mantimentos. Aqui muitos marinheiros adoeceram com escorbuto.

Em 15 de janeiro avistam o Padrão de Bartolomeu Dias; a 22 de janeiro chegam à foz do Rio Limpopo.

De 24 de janeiro a 24 de fevereiro ficam na terra dos Bons Sinais e a 2 de março chegam a Moçambique; a 7 de abril chegam a Mombasa; a 15 de abril atingem Melinde onde ficam duas semanas e Vasco da Gama consegue um piloto que leva a frota até Calecute, viagem dura 23 dias. A 20 de maio de 1498 chegam à Índia onde permanecem cerca de três meses.

Viagem de regresso

A uma quarta-feira, que foram 29 dias do dito mês de Agosto, visto como já tínhamos achado e descoberto o que vínhamos buscar [...] E logo fizemos as velas e nos partimos, caminho de Portugal, vindo todos muito ledos por sermos tão bem-aventurados de acharmos uma tão grande coisa, como tínhamos achada ... (AV, 107)

A 25 de abril de 1499 chegam aos Baixos do Rio Grande (Serra Leoa); na ilha de Santiago, Cabo Verde, Vasco da Gama freta um navio mais leve e rumava aos Açores, ilha Terceira, com o irmão Paulo da Gama que vinha muito doente e onde vem a falecer. Está sepultado na Igreja de São Francisco, Angra do Heroísmo.



Figura 9 - Igreja de São Francisco, Angra do Heroísmo, onde Paulo do Gama foi sepultado.

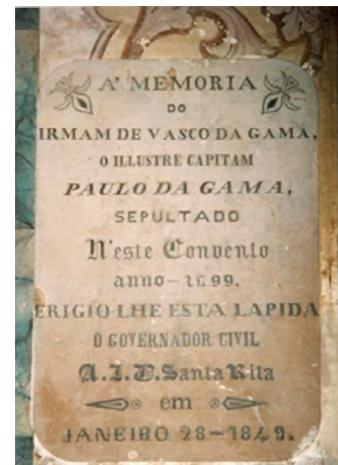


Figura 9.1 – Inscrição que identifica o túmulo de Paulo da Gama

As naus Bérrio e S. Gabriel continuam a viagem e chegam a Lisboa a 10 julho de 1499. Vasco da Gama chega mais tarde, entre 17 e 28 agosto.

A viagem de Vasco da Gama reveste-se de uma grande importância, como se sintetiza nas frases abaixo:

«A chegada de Vasco da Gama à Índia é um dos episódios mais significativos na história das descobertas marítimas portuguesas e na história mundial.»
<https://www.portuguesesemviagem.com/blog/a-verdadeira-historia-da-chegada-de-vasco-da-gama-a-india>

«Não se pode estudar ou escrever a história asiática do século XVI sem conhecer a documentação portuguesa.»

Geneviève Bouchon

O Roteiro da primeira viagem à Índia: Álvaro Velho

Da viagem de Vasco da Gama existe apenas um texto anónimo, ainda que atribuído a Álvaro Velho, do qual sobreviveu uma cópia que pertencia à biblioteca do Convento de Santa Cruz em Coimbra e que, em 1834, depois da extinção das ordens religiosas, veio para a Biblioteca do Porto, juntamente com o restante espólio. Aí, Alexandre Herculano, nomeado bibliotecário em 1833, por D. Pedro, faz o registo do espólio e também deste manuscrito, que tem a cota n.º 804.

Este manuscrito, ou o seu conteúdo serviu de base a Luís de Camões, João de Barros, Gaspar Correia, entre outros, mas não se sabe o que terá acontecido ao original. A política de sigilo imposta por D. João II levou à ocultação de muitos documentos sobre as expedições.

Dados sobre Álvaro Velho

Sabe-se muito pouco sobre autor do Roteiro, e há ainda muitas reservas sobre a sua autoria, embora seja como Roteiro atribuído a Álvaro Velho que é mais conhecido.

Não se sabe muito acerca de Álvaro Velho (século XV-XVI). Pensa-se que terá nascido no Barreiro, em cujo município há um agrupamento de escolas com o seu nome.



Figura 10 - Painel do Agrupamento de escolas Álvaro Velho, no Lavradio : in https://www.alvarovelho.net/apps/AVelho/quem_foi_lvaro_velho.html

Participou como marinheiro ou soldado na expedição de descoberta do caminho marítimo para a Índia, comandada por Vasco da Gama em 1497, fazendo parte do pessoal da nau S. Rafael.

O discurso do texto é assumido quase sempre por um narrador na primeira pessoa do plural (nós) que se integra num grupo de navegadores e se centra, em geral, na descrição do outro, ou seja, na realidade geográfica e humana que vão encontrando ao longo do percurso, e também na ação dos protagonistas da viagem (Vasco da Gama, Paulo da Gama, Fernão Veloso, Martim Afonso, Nicolau Coelho, Pero de Alenquer, e o marinheiro intérprete Fernão Martins). Daí a alternância entre nós/ele/eles.

Muito do que se sabe sobre o autor do texto, é retirado das informações que o próprio vai incluindo no Roteiro:

Esta vila de Melinde está em uma angra, e está assentada ao longo de uma praia; a qual vila quer parecer com Alcochete. (A. V., 70)

Depreende-se que o autor conhece bem a vila de Alcochete, por isso a comparou com Melinde.

E, ao outro dia pela manhã, que foi uma segunda-feira, vinte [e] oito dias, do mês de Maio, foi o capitão a falar a el-rei, e levou consigo, dos seus, treze homens, dos quais eu fui um deles. (A. V., 78)

Na Índia, o autor do roteiro participou nos mais importantes acontecimentos relacionados com os contactos estabelecidos entre a embaixada portuguesa e as autoridades e populações indianas, acompanhando Vasco da Gama na visita ao Samorim.

O texto descreve com pormenor exaustivo a sucessão cronológica da viagem no tempo e no espaço. O olhar da descrição deste percurso desdobra-se entre dois planos: o mar, e a terra.

Assim, as referências relativas ao mar estão associadas à partida, ao contacto com a fauna marinha, aos fenómenos náuticos, tempestades, problemas de navegação, escorbuto, e saques de navios.

As referências alusivas à terra inscrevem no texto as chegadas a diferentes lugares e portos e os contactos com paisagens, cidades e povos variados da costa oriental de África e da Índia, o espaço geográfico e humano até então desconhecido.

O relato termina quando a armada, na volta da Índia, se aproximou da ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Embora não haja certezas, os historiadores pensam que Álvaro Velho seria um degredado e que teria sido obrigado a ficar no litoral.

Valentim Fernandes, um alemão de ação muito relevante em Portugal quer como autor, quer como editor, refere ter encontrado um Álvaro Velho naquela zona, o qual terá vivido aí durante oito anos.

Álvaro Velho vs Luís de Camões

Abordam-se a seguir alguns episódios d'*Os Lusíadas* em paralelo com a descrição equivalente de Álvaro Velho. Se esta breve comparação mostra que Camões conhecia o roteiro, esse conhecimento não condiciona a criatividade de Luís de Camões tal como acontece com todas as outras fontes do épico.

Partida de Belém



Figura 11 - O quadro de **Alfredo Roque Gameiro** (1864-1935), Biblioteca Nacional de Portugal, ilustra a partida das caravelas, no qual se pode ver o Velho do Restelo, o rei, os religiosos e uma enorme multidão de povo que se despede dos navegantes.

Três autores relatam este acontecimento: Álvaro Velho, João de Barros e Luís de Camões.

Na era de 1497 mandou el-rei D. Manuel, o primeiro deste nome em Portugal, a descobrir, quatro navios, os quais iam em busca de especiaria; dos quais navios ia por capitão-mor Vasco da Gama, e dos outros, de um deles, Paulo da Gama, seu irmão, e de outro Nicolau Coelho.

(A.V., 19)

E quando [...] os mareantes [...] deram aquele bom princípio de caminho dizendo “Boa viagem!”, todos que estavam dobraram estas lágrimas e começaram de os encomendar a Deus e lançar juízos segundo o que cada um sentia daquela partida.

João de Barros, Dec. I, Livro IV, cap. II

IV, 88

«A gente da cidade, aquele dia,
(Uns por amigos, outros por parentes,
Outros por ver somente) concorria,
Saudosos na vista e descontentes
E nós, co a virtuosa companhia
De mil Religiosos diligentes,
Em procissão solene, a Deus orando,
Pera os batéis viemos caminhando.

IV, 89

«Em tão longo caminho e duvidoso
Por perdidos as gentes nos julgavam,
As mulheres cum choro piadoso
Os homens com suspiros que arrancavam.
Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia, acrecentavam
A desesperação e frio medo
De já nos não tornar a ver tão cedo.

IV, 90

«Qual vai dizendo: - «Ó filho, a quem eu tinha
Só pera refrigério e doce emparo
Desta cansada já velhice minha,
Que em choro acabará, penoso e amaro
Porque me deixas, mísera e mesquinha?
Porque de mi te vás, ó filho caro,
A fazer o funéreo enterramento
Onde sejas de pexes mantimento?»

IV, 93

«Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta, ou fica, mais magoa

Camões explora com pormenor a dor da despedida, que Barros refere levemente e que Álvaro Velho ignora.

Além disso, introduz a voz dissonante do Velho do Restelo, levemente abor-dada por João de Barros, quando refere que «começaram de (...) lançar juízos».

O Velho do Restelo

Até ao final do canto IV é apresentado o episódio do Velho do Restelo de que apresentamos a estância inicial e a final:

IV, 94

«Mas um velho, d'aspeito venerando,
Que ficava nas praias, entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada um pouco alevantando,

Que nós no mar ouvimos claramente,
 Cum saber só d'experiências feito,
 Tais palavras tirou do experto peito:

V,1

“Estas sentenças tais o velho honrado
 Vociferando estava, quando abrimos
 As asas ao sereno e sossegado
 Vento, e do porto amado nos partimos.
 E, como é já no mar costume usado,
 A vela desfraldando, o céu ferimos,
 Dizendo: “Boa viagem”, logo o vento
 Nos troncos fez o usado movimento.

Camões, *Lusíadas*,

A fala do velho do Restelo preenche as estâncias IV 94-104 do canto IV e termina na primeira do canto V.)

Episódio de Veloso, na Baía de Santa Helena

Alguns episódios ocorridos na viagem, são evocados de forma poética e épica nos *Lusíadas*. Álvaro Velho, fala sobre os habitantes da Baía de Santa Helena e descreve o conhecido episódio de **Fernão Veloso**, no qual Camões se inspira para ilustrar o lado do português fanfarrão:

Nesta terra há homens baços que não comem senão lobos-marinhos e baleias, e carne de gazelas e raízes de ervas. E andam cobertos com peles, e trazem umas bainhas em suas naturas. E as suas armas são uns cornos tostados, metidos em umas varas de azambujo, e têm muitos cães, como os de Portugal, e assim mesmo ladram. (A.V., 22)

[...]

Este mesmo dia um Fernão Veloso, que ia com o Capitão-mor, desejava muito ir com eles a suas casas pera saber de que maneira viviam, e que comiam ou que vida era a sua; e pediu por mercê ao capitão-mor que lhe desse licença para ir com eles a suas casas. E o capitão, vendo-se importunado [...] o deixou ir com eles; [...]

E tanto que eles de nós foram apartados, e assaram o lobo-marinho e deram dele ao Fernão Veloso [...]. E acabado de comer, disseram-lhe que se viesse pera os navios e nom quiseram que fosse com eles. E o dito Fernão Veloso, como veio em direito dos navios, começou logo de chamar; e eles ficaram metidos pelo mato, e nós estávamos ainda ceando.

E quando o ouvimos, [...] metemo-nos na barca à vela, e os negros começaram de correr ao longo da praia e foram tão prestes com o dito Fernão Veloso como nós. Em nós o querendo recolher, eles nos começaram a atirar com umas zagaias que traziam, onde foi ferido o Capitão-mor e três ou quatro homens. (A.V., 24-25)

V, 27

(...)

Eis, de meus companheiros rodeado,
Vejo um estranho vir, de pele preta,
Que tomaram per força, enquanto apanha
De mel os doces favos na montanha.

V, 28

«Torvado vem na vista, como aquele
Que não se vira nunca em tal extremo;
Nem ele entende a nós, nem nós a ele,
Selvagem mais que o bruto Polifemo.
Começo-lhe a mostrar da rica pele
De Colcos o gentil metal supremo,
A prata fina, a quente especiaria:
A nada disto o bruto se movia.

V, 29

«Mando mostrar-lhe peças mais somenos:
Contas de cristalino transparente,
Alguns soantes cascavéis pequenos,
Um barrete vermelho, cor contente;
Vi logo, por sinais e por acenos,
Que com isto se alegra grandemente.

Mando-o soltar com tudo e assi caminha
Pera a povoação, que perto tinha.

V, 30

«Mas, logo ao outro dia, seus parceiros,
Todos nus e da cor da escura treva,
Decendo pelos ásperos outeiros,
As peças vêm buscar que estoutro leva.
Domésticos já tanto e companheiros se nos
mostram, que fazem que se atreva
Fernão Veloso a ir ver da terra o trato
E partir-se c' o eles pelo mato.

V, 31

«É Veloso no braço confiado
E, de arrogante, crê que vai seguro;
Mas, sendo um grande espaço já passado,
Em que algum bom sinal saber procuro,
Estando, a vista alçada, co cuidado
No aventureiro, eis pelo monte duro
Aparece e, segundo ao mar caminha,
Mais apressado do que fora, vinha.

V, 32

«O batel de Coelho foi depressa
Polo tomar; mas, antes que chegasse,
Um Etíope² ousado se arremessa
A ele, por que não se lhe escapasse;
Outro e outro lhe saem; vê-se em pressa
Veloso, sem que alguém lhe ali ajudasse;
Acudo eu logo, e, enquanto o remo aperto,
Se mostra um bando negro, descoberto.

² Etíope está aqui a significar negro. Parece-nos que é uma das situações em que, n'Os *Lusíadas*, prevalece, na narrativa, o tempo da escrita e não o da ação.

V, 33

«Da espessa nuvem setas e pedradas
Chovem sobre nós outros, sem medida;
E não foram ao vento em vão deitadas,
Que esta perna trouxe eu dali ferida.
Mas nós, como pessoas magoadas,
A reposta lhe demos tão tecida
Que em mais que nos barretes se suspeita
Que a cor vermelha levam desta feita.

V, 34

«E, sendo já Veloso em salvamento,
Logo nos recolhemos pera a armada,
Vendo a malícia feia e rudo intento
Da gente bestial, bruta e malvada,
De quem nenhum melhor conhecimento
Pudemos ter da Índia desejada
Que estarmos inda muito longe dela.
E assi tornei a dar ao vento a vela.

V, 35

«Disse então a Veloso um companheiro
(Começando-se todos a sorrir):
– «Oulá, Veloso amigo! Aquele outeiro
É melhor de decer que de subir!»
– «Si, é (responde o ousado aventureiro);
Mas, quando eu pera cá vi tantos vir
Daqueles cães, depressa um pouco vim,
Por me lembrar que estáveis cá sem mim.»

V, 36

«Contou então que, tanto que passaram
Aquele monte os negros de quem falo,
Avante mais passar o não deixaram,
Querendo, se não torna, ali matá-lo;

E tornando-se, logo se embosaram,
 Por que, saindo nós pera tomá-lo,
 Nos pudessem mandar ao reino escuro,
 Por nos roubarem mais a seu seguro.

O episódio de Veloso é daqueles em que Camões mais segue a descrição de Álvaro Velho (*Lusíadas*, V, 27-36).

Cabo da Boa Esperança: Adamastor

Ao contrário d'*Os Lusíadas*, a passagem do Cabo da Boa Esperança ocorre, no Roteiro, sem problemas e com vento à popa. Camões aproveita o facto de o cabo ser conhecido como Cabo das Tormentas para inserir aí o episódio do terrível gigante Adamastor.

E ao domingo pela manhã, que foram 19 dias do mês de Novembro, fomos outra vez com o Cabo e não o podemos dobrar porque o vento era su-sueste, e o dito Cabo jaz nordeste-sudoeste. E em este dia mesmo virámos em a volta do mar, e à noite da segunda-feira viemos em a volta da terra. E à quarta-feira, ao meio-dia, passámos pelo dito Cabo ao longo da costa, com vento à popa. (A.V., 25-26)

V, 39

[...] uma figura
 Se nos mostra no ar, robusta e válida,
 De disforme e grandíssima estatura;
 O rosto carregado, a barba esquálida,
 Os olhos encovados, e a postura
 Medonha e má, e a cor terrena e pálida;
 Cheios de terra e crespos os cabelos,
 A boca negra, os dentes amarelos.

Camões, *Lusíadas*

Costa Oriental de África e encontro com o rei de Melinde

Na Costa Oriental Africana, os Portugueses tomam pela primeira vez contacto com toda uma civilização ignorada, com cidades portuárias e uma população urbana maioritariamente islamizada: Moçambique, Sofala, Mombaça, Melinde, Quíloa eram alguns dos sultanatos mais importantes de então.

Estes primeiros encontros frontais dos navegantes com o mundo comercial islamizado foram testemunhados por Álvaro Velho que regista a riqueza das vestes dos habitantes:

“as suas vestiduras são de panos de linho e de algodão, muito delgados, e de muitas cores, de listras e são ricos e lavrados. E todos trazem toucas nas cabeças, com vivos de seda lavrados com fio de ouro. E são mercadores e tratam com mouros brancos, dos quais estavam aqui em este lugar quatro navios deles, que traziam ouro, prata, e pano, e cravo, e pimenta, e gengibre e anéis de prata, com muitas pérolas, e aljôfar e rubis”,

[...] segundo eles diziam, para onde nós íamos, havia muito (ouro), e que as pedras e o aljôfar e a especiaria era[m] tanta[s] que não era necessário resgatá-la[s], mas apanhá-la[s] aos cestos. (A.V, 46)

Esta exibição de riqueza marca a diferença com a nudez dos povos da costa ocidental de África.

No percurso de Moçambique a Melinde os navegadores viveram várias situações de hostilidade, por parte dos mercadores árabes, emboscadas, traições e equívocos, sobretudo em relação à convicção de que estão a comunicar com mercadores cristãos:

“...foram ter a casa de dois mercadores cristãos; e eles mostraram a estes dois homens uma carta em que adoravam, em a qual estava debuxado o Espírito (A.V, 62)

Em Moçambique Vasco da Gama tentou adquirir pilotos para o orientarem no caminho para a Índia e não sendo sucedido toma por força dois pilotos mas um foge e assim vai colhendo informações dos lugares.

Em Melinde é **bem** recebido pelo Rei, porque este que precisa de aliados contra os seus opositores e cede-lhes um piloto.

Encontro com o rei de Melinde

À quarta-feira depois de jantar veio El-Rei em uma zavra e veio junto dos navios, e o Capitão saiu em o seu batel muito bem corregido, e como chegou onde El-Rei estava, logo se o dito rei meteu com ele.

E ali passaram muitas palavras e boas, entre as quais foram estas, dizendo El-Rei ao Capitam que lhe rogava que fosse com ele à sua casa folgar e que ele iria dentro aos seus navios. E o Capitão lhe disse que não trazia licença de seu senhor para sair em terra, [...]

E perguntou como havia nome o nosso rei e mandou-o escrever, e disse que se nós por aqui tornássemos que ele mandaria um embaixador ou lhe escreveria.

E depois de terem falado cada um o que queria, mandou o Capitão por todos os mouros que tínhamos cativos e deu-lhos todos, do qual ele foi mui contente e disse que mais prezava aquilo que lhe darem uma vila.

[...] E quando se foi deixou no navio um seu filho e um seu xarife, e foram com ele a sua casa dois homens dos nossos, os quais ele mesmo pediu que queria que fossem ver os seus paços, e mais disse ao Capitão, pois ele não queria ir a terra, que fosse ao outro dia e que andasse ao longo da terra, e que ele mandaria cavalgar seus cavaleiros.

Estas são as cousas que o rei trazia:

Primeiramente: uma opa de damasco, forrada de cetim verde, e uma touca na cabeça muito rica, e duas cadeiras de arame³ com seus coxins, e hum toldo de cetim carmezim, o qual toldo era redondo e andava posto em hum pau. (A.V,66-67)

A forma como Camões descreve o encontro entre o rei de Melinde e Vasco da Gama é mais criativa e apresentada de uma forma que permite a introdução da História de Portugal, pretendendo a pedido do rei.

II, 74

Enche-se toda a praia Melindana
 Da gente que vem ver a ledra armada,
 Gente mais verdadeira, e mais humana,
 Que toda a doutra terra atrás deixada.
 Surge diante a frota Lusitana,
 Pega no fundo a âncora pesada;
 Mandam fora um dos Mouros que tomaram,
 Por quem sua vinda ao Rei manifestaram.

Camões, *Lusíadas*

³ Bronze

VI, 1

Não sabia em que modo festejasse
O Rei Pagão os fortes navegantes,
Para que as amizades alcançasse
Do Rei Cristão, das gentes tão possantes;
Pesa-lhe que tão longe o aposentasse
Das Europeias terras abundantes
A ventura, que não no fez vizinho
Donde Hércules ao mar abriu caminho.

Camões, *Lusíadas*

O piloto árabe mostrando a Índia a Vasco da Gama

Como já se referiu, o rei de Melinde cedeu um dos seus pilotos a Vasco da Gama, para os conduzir até Calecute.

Ao domingo seguinte, que foram 22 dias do mês d'Abri, veio a zavra de el-rei a bordo, onde vinha hum seu privado, porque havia já dois dias que não vieram aos navios, do qual o capitão lançou mão; e mandou dizer a el-rei que lhe mandasse os pilotos que lhe tinha prometido.

E como foi o recado, el-rei lhe mandou logo um piloto e o capitão deixou logo ir aquele fidalgo, que ele tinha retido no navio.

E folgámos muito com o piloto cristão que nos El-Rei mandou. (A.V., 69)

E ao domingo fomos junto com umas montanhas, as quais são mais altas que os homens nunca viram, as quais estão sobre a cidade de Calecut.

E chegámo-nos tanto a elas até que o piloto que levávamos as conheceu, e nos disse que aquela era a terra onde nós desejávamos de ir. (A.V., 71)

Camões introduz o piloto de forma mais parcimoniosa e aproveita a viagem entre Melinde e Calecute para introduzir a tempestade e todo o envolvimento mitológico que lhe está associado.

VI, 5

No piloto que leva não havia
Falsidade, mas antes vai mostrando
A navegação certa; e assi caminha
Já mais seguro do que dantes vinha.

VI, 92

Disse alegre o piloto Melindano:
«Terra é de Calecu, se não me engano;

VI, 93

«Esta é por certo a terra que buscais
Da verdadeira Índia, que aparece;
E, se do mundo mais não desejais,
Vosso trabalho longo aqui fenece.»
Sofrer aqui não pôde o Gama mais,
De ledo em ver que a terra se conhece:
Os joelhos no chão, as mãos ao Céu
A mercê grande a Deus agradeceu.

Camões, *Lusíadas*

Na Índia

Em Calecute os Portugueses permaneceram três meses, contactaram com um mundo tão civilizado como o seu, deparando com riquezas insuspeitadas e com um comércio intenso. Apesar da receção honrosa, registaram-se dificuldades nos contactos diretos com a terra e com o rei, tanto a nível diplomático como comercial. A comunidade mercantil muçulmana, sentindo a sua influência em risco, reagiu com muita hostilidade. O presente oferecido por Vasco da Gama ao rei agravou a situação, pois criticaram-no, dizendo que era indigno de um soberano e “que o mais pobre mercador que vinha de Meca, ou dos Índios, lhe dava mais que aquilo”.

Outros equívocos contribuíram para agudizar o conflito, pois os Portugueses julgavam ter encontrado uma Índia cristã que teria sido evangelizada nos tempos do apóstolo São Tomé e com a qual poderiam facilmente entrar em

negociações e subvalorizaram os desentendimentos deste primeiro encontro, acreditando que noutras vindas fariam amizades.

Aqui estiveram três meses e sujeitos a vários mal-entendidos.

No entanto, a primeira receção do Samorim foi bastante amistosa e deixou o autor do Roteiro fascinado com os sinais de riqueza.

O Samorim recebe Vasco da Gama

E assim levaram o capitão com muito acatamento, tanto e mais do que se podia em Espanha fazer a um rei.

E a gente era tanta que não tinha conto, e os telhados e as casas eram todos cheios, afora a que connosco já ia de roldão; entre a qual gente iriam ao menos dois mil homens de armas! [...]

E quando chegámos à derradeira porta, onde el-rei estava, saiu de dentro um velho, homem baixo de corpo, o qual é como bispo, e o rei se rege por ele nas coisas da igreja, o qual abraçou o capitão à entrada desta porta.

El-rei estava⁴ em um patim⁵, lançado de costas em uma camilha, a qual tinha estas coisas:

Um pano de veludo verde debaixo, e em cima um colchão muito bom; e em cima do colchão um pano de algodão muito alvo e delgado, mais que nenhum de linho, e também tinha almofadas deste teor.

E tinha, à mão esquerda, uma copa de oiro muito grande, de altura de um pote de meio almude, e era de largura de dois palmos na boca, a qual era muito grossa ao parecer; na qual talha lançava bagaço de uma ervas que os homens desta terra comem pela calma, a qual erva chamam atambor⁶. E da banda direita estava um bacio de oiro, quanto a um homem pudesse abranger com os braços, em o qual estavam aquelas ervas, e muitos agomis⁷ de prata, e o céu de cima era todo doirado.

⁴ 28 de Maio de 1498.

⁵ Talvez uma pequena sala.

⁶ É outro nome do bétele.

⁷ Jarros de boca estreita.

E, assim como o capitão entrou, fez sua reverência, segundo costume daquela terra, a qual é ajuntar as mãos e alevantá-las para o céu, como costumam os cristãos alevantar a Deus; [...]

E ele acenou ao capitão com a mão direita, que se fo[sse] para debaixo daquele cerrado, onde ele estava; porém, o capitão não chegava a ele, porque o seu costume da terra é não chegar nemhum homem ao rei, salvo [que] chegava a ele um privado, que lhe estava dando aquelas ervas. (A.V., 82-83)

Camões foca o mesmo momento da ação e descreve a riqueza do Samorim. A curiosidade popular, bem como a quantidade de curiosos é-nos, todavia, dado por Álvaro Velho.

VII, 57

Assi falando, entravam já na sala
 Onde aquele potente *Emperador*
 Núa camilha jaz, que não se iguala
 De outra *algña* no preço e no lavor.
 No recostado gesto se assinala
 Um venerando e próspero senhor;
 Um pano de ouro cinge, e na cabeça
 De preciosas gemas se adereça.

VII, 58

Bem junto dele, um velho reverente,
 Cos *giolhos* no chão, de quando em quando
 Lhe dava a verde folha da erva ardente,
 Que a seu costume estava ruminando.
 Um *Brâmene*, pessoa *preminente*,
 Pera o Gama vem com passo brando,
 Pera que ao grande Príncipe o apresente,
 Que diante lhe acena que se assente.

Camões, *Lusíadas*

Escorbuto

O episódio do escorbuto, descrito quer na viagem de ida, quer na de vinda por Álvaro Velho, é situado apenas na viagem de ida n'*Os Lusíadas*, pois na viagem do regresso Camões insere a Ilha dos Amores.

E aqui nos adoeceram muitos homens, que lhe[s] inchavam os pés e as mãos e lhe[s] cresciam gengivas tanto sobre os dentes que os homens não podiam comer. (A.V. 41)

Andámos tanto tempo em esta travessa que três meses menos três dias gastamos nela; isto com muitas calmarias e ventos contrários, que em ela achámos, de maneira que nos adoeceu, toda a gente, das gengivas, que lhe[s] cresciam sobre os dentes em tal maneira que não podiam comer; e isso mesmo, lhes inchavam as pernas, e grandes outros inchaços pelo corpo, de guisa que lavravam um homem tanto até que morria sem ter outra nenhuma doença. Da qual nos morreram em o dito tempo trinta homens, afora outros tantos que já eram mortos.

E os que navegavam em cada nau seriam sete ou oito homens; e estes não eram ainda sãos como aviam de ser! Do que vos afirmo que se nos mais durara aquele tempo quinze dias, andáramos por esse mar através que não houvera aí quem navegara os navios. (A.V. 122-123)

Camões é mais sintético na descrição, mas não menos eficaz:

V, 81

E foi que, de doença crua e feia,
A mais que eu nunca vi, *desempararam*
Muitos a vida, e em terra estranha e alheia
Os ossos *pera* sempre sepultaram.
Quem haverá que, sem o ver, o creia,
Que tão disformemente ali *lhe* incharam
As *gingivas* na boca, que *crecia*
A carne e juntamente *apodrecia*?

Camões, *Lusíadas*

Ao longo deste texto tomámos contacto com o navegador Vasco da Gama, com o relato informativo da sua viagem inaugural e, consequentemente, da abertura da via marítima até à Índia.

Vimos ainda de que forma Camões recria e ajuda a imortalizar os momentos relevantes dessa viagem, enfatizando os feitos dos portugueses, não só na viagem, mas em todo o percurso histórico, recuando a Viriato.

III – A nossa língua

Os nomes de rios e a história linguística de Portugal continental (parte II)

Carlos Rocha

«Também Portugal é um país cada vez mais multilingue (e multivarietal), embora a sociedade não se tenha ainda capacitado da riqueza que essa diversidade lhe traz. Além de português, mirandês, língua gestual portuguesa e línguas dos países de língua portuguesa, importa realçar as muitas línguas que fazem hoje parte do nosso panorama linguístico, fruto da imigração e do acolhimento de refugiados.»

Margarita Correia, *Diário de Notícias*, 21/02/2022

Retomando o tema

Na parte I deste trabalho, enumeraram-se alguns aspetos fundamentais da investigação em toponímia. Nesta parte II, apresentam-se alguns dados para a caracterização de dois reportórios toponímicos de Portugal: numa perspectiva nacional, os nomes dos rios (potamónimos) do território continental; e, numa ótica regional, a caracterização da atual toponímia do concelho de Almada. O objetivo é ligar o património toponímico do concelho à história linguística do território português, o que significa que a relação é também feita com o resto da Península Ibérica e as regiões vizinhas a sul (norte de África), a norte (França e regiões além deste país) e a leste (as terras e as águas do Mediterrâneo).¹

Trata-se de um trabalho em desenvolvimento, apoiado nos estudos de toponímia de tipo etimológico, considerando operatoriamente a noção de estratigrafia linguística na elaboração da história linguística de um território. Importaria ainda atender a novas propostas teóricas e metodológicas, desenvolvidas por diferentes investigadores, por exemplo, no Brasil, e que sugerem o desbravamento de outras áreas da toponímia em Portugal. Note-se, porém,

¹ Haveria que contar igualmente com as interações que a expansão e as ações de conquista europeia desencadearam, ou seja, é natural que em Almada também se encontrem topónimos que documentam o impacto da expansão ultramarina e do colonialismo. Este, no entanto, é um aspeto que não vai ser abordado nestas páginas, porque o corte temporal em estudo é o medieval, do século XII ao XV.

que a intenção é cingir esta exposição à história linguística do concelho até à Idade Média. Por outro lado, as formas dos potamónimos e topónimos aqui comentados correspondem às que se registam na administração, nas encyclopédias e em monografias, fontes que, geralmente, excluem a variação no uso destes nomes.

Cumpre observar que, se hoje Portugal acolhe etnias e línguas diferentes, também a sua população, no seu passado mais remoto, era consideravelmente heterogénea. No território atualmente português, o monolinguismo terá sido um intervalo de longa duração numa escala temporal pautada por períodos em que o multilinguismo foi prevalente, como a análise toponímica comprova. Nada, portanto, que na história da Europa e de outros continentes não se conheça.

1. Potamónimos e história linguística de Portugal continental

De uma forma muito sintética, pode afirmar-se que os nomes dos rios de Portugal continental se distribuem por três grandes grupos ou estratos históricos (etimológicos): o pré-latino, o latino e o arábico. Os nomes dos grandes rios, alguns com nascente em regiões espanholas, têm quase todos eles nomes de origem pré-latina: enumerando de norte para sul, temos *Minho*, *Lima*, *Ave*, *Douro*, *Vouga*, *Mondego*, *Tejo*, provavelmente *Mira*. Mesmo o *Guadiana*, cujo elemento *guadi-* é indesmentivelmente de origem arábica, guarda o elemento *-ana*, de origem pré-latina (c. Machado 2003).

Sabe-se que a maioria dos nomes atrás enumerados é pré-latina, porque estão atestados em fontes da Antiguidade, ora adaptados à língua grega ora afeiçoados ao latim. A forma que atualmente têm estes nomes em português não é, portanto, a forma original pré-latina, mas, sim, a forma já adaptada ao latim, direta ou indiretamente. Basta pensar que as formas latinas dos nomes de rios acima mencionados tinham terminações (sufixos) tipicamente gregas ou latinas, como é o de *Tejo*, atestado como *Táγος*, (Tágos) em grego e *Tagus* em latim. É muito provável que as terminações *-oc* e *us* sejam marcas gramaticais do grego e do latim, respetivamente, e não vestígios de formas gramaticais mais antigas.

Na análise dos nomes dos rios da metade sul de Portugal, há ainda que contar com a adaptação ao árabe e subsequente transmissão por via desta língua.

Voltando a *Tejo*, trata-se do resultado de certa pronúncia arábica: os sons /a/ e /g/ do latim *Tagu-* (o étimo latino de *Tejo*) passaram, respetivamente a um “e” aberto (símbolo fonético [ɛ]) e ao som “j” de *janela* (símbolo fonético [ʒ]). Como Corriente (2003: 23) e outros estudiosos do árabe hispânico assinalam, no processo de arabização de Al-Andalus, ou seja, a Hispânia muçulmana, o /g/ latino foi sujeito a uma palatalização e substituído pela africada pré-palatal /ʒ/ do árabe. Além de *Tejo*, é provável que *Erges*, nome de um rio que define parcialmente a fronteira da Beira Baixa com província espanhola de Cáceres, apresente este tipo de interferência fonológica do árabe. Quanto à passagem de [a] a [ɛ], como acontece do latim *Tagu-* (caso etimológico) a *Tejo*, trata-se do fenómeno de *imala*, que consiste na elevação de /a/ para vogais como /e/ ou /i/ (*ibidem*).²

Outro caso de arabização é o já mencionado *Guadiana*, um nome híbrido em que *guadi-* remonta ao elemento árabe *wad-* ‘rio, vale’. E será também o de *Mira*, se se considerar que o rio também já teve o mesmo nome que a atual vila de Odemira, cujo elemento *ode-* é de igual modo uma adaptação de *wad*. A forma *ode-*, sobretudo característica de Portugal, figura ainda em potamónimos como *Odeleite* ou *Odelouca*.

Na toponímia do centro-sul e sul de Portugal, importa, portanto, ter em conta a arabização das populações do passado. Testemunhos do enraizamento do árabe na vida social parecem praticamente nulos a norte do Douro, mas mais a sul encontram-se vestígios do árabe, se a atenção se dirigir a cursos de água poucos extensos cujos nomes têm génese em topónimos (origem detoponímica) relacionados com o árabe ou dialetos berberes não identificados. Nos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, esse contributo é diminuto, ainda que não ausente, como ilustram os casos de *Alfusqueiro* (Aveiro), *Múceres* (Viseu) e *Massueime* (Guarda): o primeiro caso, *Alfusqueiro*, pode bem decorrer de uma situação de empréstimo em contexto linguístico romance, e os outros dois, *Múceres* e *Massueime*, devem-se à vaga antropónímica em árabe entre a população da sempre instável fronteira alto-medieval das atuais Beiras.

² *Tajo*, em castelhano, não provém diretamente do latim *Tagu-*. É também forma adaptada pelo árabe hispânico e, portanto, historicamente, passou por uma palatalização, já que o “j” é resultado da palatalização arábica de /g/ latino. Contudo, mantém /a/, porque esta vogal não parece ter sofrido o processo de *imala*.

O Quadro 1 esquematiza dois tipos de cadeia de transmissão de nomes de rios de regiões pouco ou nada arabizadas com os de áreas que foram arabizadas em maior ou menor grau. Os exemplos são os potamónimos *Lima* e *Tejo*.

Quadro 1 — Cadeia etimológica de transmissão da potamonímia em Portugal continental

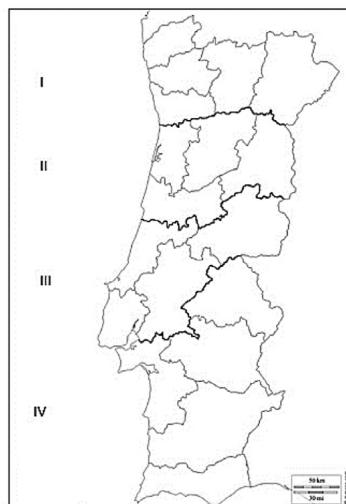
Radicais e afixos pré-latino	fase latino-romance	estrato árabe		fases galego-portuguesa/portuguesa
		adaptação fonomorfológica	adaptação fonomorfológica	
<i>Lima</i>	* <i>lim-</i>	<i>Limia</i>		<i>Limia/Lima</i>
<i>Tejo</i>	* <i>tag-</i>	<i>Tagus</i>	<i>Tağu, Tayo</i>	<i>Tejo</i>

Fonte: Rocha (2017, p. 637) [adaptado].

No quadro acima, a consideração do galego-português como estrato, sobre tudo a sul do Tejo, pode conceber-se como o resultado de um processo de substituição linguística no meio de uma população profundamente arabizada. Apesar de os dialetos portugueses serem o resultado patrimonial do latim em regiões sobretudo situadas a norte do rio Vouga, nas regiões mais para sul, esses dialetos atuam como um superstrato, que recobre um mosaico linguístico em que é plausível que prevalecesse o árabe hispânico dialetal, a par de resquícios do romance moçárabico e do berbere. A população do território central e meridional transmitiu, portanto, como substrato, um património toponímico já de fácies árabe, quer pelo impacto lexical na potamonímia quer pelas interferências do contacto sociolinguístico na configuração dos nomes herdados de fases latino-romances. A este título, o exemplo de *Tejo* é, mais uma vez, sobejamente ilustrativo.

Acrescente-se que, no contexto da avaliação do impacto árabe na toponímia portuguesa tomada globalmente, é possível definir quatro áreas de influência, conforme ilustra o mapa 1, que se inspira numa proposta do geógrafo alemão Lautensach (1954), transpondo-a para o território hoje português.

Mapa 1 – Regiões potamonímicas de Portugal continental quanto ao grau de arabização



Fonte: Rocha (2017, p. 633)

De acordo com o Mapa 1, propõem-se quatro regiões definidas pelo grau de arabização. A potamonímia das regiões I e II constitui um subconjunto da potamonímia de Portugal em que a interferência do árabe é nula ou mínima. Esta característica permite considerar que, nas duas regiões, a transmissão dos potamónimos pré-latino se tem processado sem quebras, patrimonialmente, desde o período da latinização das populações. Mas, ao encontro do que antes foi dito, deve ter-se em mente que os potamónimos das regiões do norte de Portugal, se bem que arcaicos, não deixam de ser nomes, também eles, profundamente alterados pela sua latinização.

2. À beira-rio: a história linguística de Almada

Depois de se ter evidenciado a importância dos estudos dos nomes dos rios para a caracterização geral da toponímia de Portugal, seguem-se agora alguns comentários acerca da toponímia do concelho de Almada, propondo definir o seu perfil em relação ao conjunto toponímico nacional.

A respeito dos estratos linguísticos identificáveis na toponímia do concelho de Almada, não parece haver qualquer traço pré-latino, embora na península de Setúbal se documente toponímia desse período, como é o caso de *Coina*,

Setúbal e *Sesimbra*. Além disso, no atual concelho de Almada tampouco se identificam topónimos diretamente representativos dos períodos romano³, o que pode ser surpreendente, quando se pensa nos concelhos a norte, na região de Lisboa, e na península de Setúbal. Não se atestam, aliás, eventuais usos pré-islâmicos, dada a ausência de documentos anteriores ao século XII, como aponta Pereira de Sousa (2003: 36/37), lacuna que abrange mesmo a epigrafia.⁴

Convém recordar que, no atual território do concelho de Almada, a língua portuguesa (ou galego-portuguesa) só terá começado a difundir-se de forma consistente no século XII, mais precisamente em 1147, quando os cristãos conquistaram definitivamente Lisboa:⁵ Esta parte da margem esquerda do Tejo voltou fugazmente ao poder militar árabe em 1191, com a reação almóada ao avanço da conquista portuguesa a sul do Tejo. Breve terá sido ocupação, e a conquista definitiva pelos cristãos dá-se em 1193 (Mendes 2011: 46). À medida que a chamada Reconquista avançava cada vez mais para sul, é de calcular que a região tenha alcançado a paz e a estabilidade suficientes para a fixação de população, sobretudo a partir do século XIII e especialmente após a segunda conquista de Alcácer do Sal em 1217 (*ibidem*).

Difícil é, contudo, saber ao certo qual seria a situação linguística desta região pouco depois da conquista cristã. É provável que a diversidade linguística fosse igual ou semelhante à de Lisboa, ou seja, que o dialeto galego-português trazido para a região fosse cada vez mais falado como língua materna e como língua veicular, não sendo, porém, de excluir a permanência de comunidades

³ O contributo germânico a sul do vale do Mondego parece pouco significativo (cf. Rocha 2018).

⁴ Sousa (2003: 36/37) observa que, apesar de haver alguma literatura sobre uma eventual origem do topónimo *Porto Brandão* na Antiguidade, não existe nesta região nenhum vestígio da toponímia pré-romana, nem outros vestígios que se possam atribuir ao período romano ou romance pré-islâmico. Por exemplo, *Porto Brandão* não tem relação com *Portus Hannibalis* nem *Equabona*, topónimos referidos no Itinerário de Antonino. Tem, sim, origem no nome de um proprietário, já no contexto da existência do Estado português tal como o conhecemos desde finais do século XIII.

⁵ Segundo Mendes (2011: 40), a conquista de Almada precedeu a da cidade de Lisboa.

de falantes de árabe⁶. Pode até conceber-se que, dada a vocação agrícola da região da Caparica, a necessidade de manter o meio rural habitado e produtivo levasse a que o árabe continuasse a ser falado mais tardiamente, tal como pode ter-se verificado na população camponesa na península de Lisboa, que integraria comunidades arabófonas.

Para o estudo linguístico da toponímia de Almada, avulta o reportório topográfico reunido em Sousa (2003), constituído por cerca de 460 registos que abrangem topónimos atuais e antigos, itens que se incluem mais adequadamente na toponímia maior (isto é, de aglomerados habitacionais e espaços naturais e agrícolas), e outros na toponímia menor (isto é, o conjunto de nomes de arruamentos, fontes, caminhos ou pontos que as comunidades residentes acharam relevante nomear).⁷ Em referência à toponímia mais antiga do concelho, Pereira de Sousa (Sousa 2003: 37)⁸ propunha que se considerassem “[...] como ‘antigos’ os topónimos de registo escrito anterior ao séc. XVI [nos quais] verificamos as seguintes origens para as expressões que são ou foram topónimos (excluindo as variantes de forma):

⁶ Ao árabe, acresce o uso de dialetos berberes e do hebraico, este, pelo menos, no domínio litúrgico. Por enquanto, são línguas ainda mais difíceis de detetar na toponímia do território continental.

⁷ Poderá haver razões para crer que se possa entender melhor o conjunto topográfico de Almada, pelo menos, em certo período histórico, como um subgrupo de um conjunto maior que englobaria o concelho do Seixal, uma vez que este fez parte do termo de Almada. Também o concelho do Seixal poderia talvez integrar melhor o conjunto de topónimos da parte oriental do concelho de Almada, em especial as (agora) antigas freguesias do Laranjeiro e do Feijó, hoje União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó. Contudo, tal implicaria alargar o escopo do trabalho a obras que ou não existem ainda – desconheço obra semelhante a Sousa (2003), que diga respeito ao concelho do Seixal – ou a que não pude ter acesso.

⁸ Sousa (2003: 31-39) faz distinção entre topónimos naturais ou “espontâneos” e topónimos oficiais: os primeiros fazem parte “[...] da linguagem popular, têm aparecimento e evolução espontâneos” (idem, p. 31); os segundos “são de iniciativa de organismo ou entidade para tal mandatada” (idem, ibidem). Esta distinção é bastante útil para o estudo da toponímia urbana menor do concelho, que conheceu profundas alterações na transição do século XIX para o XX, sobretudo a partir da 1.ª República. Deve, no entanto, lembrar-se que a períodos históricos mais antigos podem também corresponder iniciativas do poder em matéria de atribuição toponímica, como será o caso de *Valença*, que, no reinado de Afonso III, substituiu *Contrasta* como nome da vila situada frente a Tui (cf. Machado 2003 s. v. *Valença*).

- Origem celta ou latina com árabe: *Alpena*;
- Origem pré-romana mal definida: *Barrocas*;
- Origem latina: *Alagoa, Mourellos, Morutórios, Sobreira, Várzea*;
- Origem latina combinada com árabe: *Alfeite, Alvalade, Trafaria*;
- Origem latina ou germânica: *Lazarim*;
- Origem latina ou grega (esta por via árabe): *Caparica*;
- Origem germânica: *Regilde, Meijão*;
- Origem árabe: *Adiça, Alcaniça, Algarazza, Almada, Almaraz, Valdeão*;
- Origem árabe provável: *Alfanzina, Almorouche, Banática, Bencerquel, Benalfara, Benecedril, Murfacém*.”

Esta classificação, não deixando de ser meritória pelo esforço de sistematização que representa, é passível de algumas reformulações e retificações, que o próprio Pereira de Sousa em grande parte previa na obra aqui seguida, na secção intitulada “Toponímia” (Sousa 2003: 30-39). Seja como for, nota-se, por vezes, e não é somente em Sousa (2003), uma confusão entre a etimologia dos topónimos com a etimologia dos itens do léxico comum originários (cf. Machado 1987). Com efeito:

- apresenta-se *Barrocas* como topónimo com origem num vocábulo de origem pré-latina (Sousa 2003: 76), o que é verdade quanto ao nome comum, mas não se aplica ao nome de lugar, que terá surgido já no contexto dos usos lexicais do português;
- o arabismo *Alvalade*, hoje perdido, pode ser mais tardio, já da época cristã, não sendo necessariamente coevo do pleno domínio político-militar de Córdova ou de outro poder de Al-Andalus;
- e, contrariando a proposta de Pereira de Sousa, passando já ao período linguístico galego-português, diga-se que *Meijão* (idem, p. 62/63) pode revelar-se um pouco posterior à introdução do nome comum *meijão* ou *mesão*, este provavelmente um empréstimo de proveniência galoromânica (é duvidosa a filiação germânica; cf. Machado 2003 e Fernandes 1999), como muitos outros que se enraizaram na Península Ibérica a partir da intensificação das relações religiosas e políticas com a Europa a norte dos Pirenéus.

Seja como for, a ausência de topónimos diretamente atribuíveis às épocas pré-romana e romana é confirmada pelo exame dos nomes contidos em Sousa

(2003), dos quais, para este artigo, foram selecionados os datados como medievais (do século XII até ao século XV) e atribuíveis a dois estratos linguísticos, o árabo-romance e o português, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Classificação e distribuição dos topónimos medievais de Almada por estratos linguísticos *

estrato árabo-romance (sécs. VIII-XII)	Adiça (CtC), Alcaniça (MC), Alfeite (L), Almada (A), Almaraz (C, A, P, MC, T), Almargem (CP), Almorouche (P), Alpena (T), Alvalade (CP), Arrábida (P), Benacerquel (MC, T), Benalfara (?), Benecedril (A), Murfacém (T)	14
estrato português (sécs. XIII-XV)	Alagoa (F), Álamos (L), Almargem (CP), Barriga (ChC), Barrocas (CP, L), Boca do Asno (P), Brasileira (L), Brejo (F), Cabo (?), Cacilhas (C), Caranguejais (A, CP), Carreira da Fonte (A, CP), Castelo (A), Cebolal (MC), Chamoia (?), Crastos (P), Facho (MC), Flores (F), Fonte Santa (MC), Galo (CP), Granja (MC), Grou (S), Lage (A), Margueira (C), Meijão Frio (A), Mutela (CP), Oliveira (C?), Paio Lobo (F?), Palença de Baixo (P), Pedreira (A), Pombal (CP), Pragal (P), Quebra-Joelhos (F), Regateira (CP), Regilde (CP), Reguengo da Caparica (MC), Robalo (MC), Romeira (CP), Sant'Iago (A, C, CP, L, F), Santa Maria do Castelo (A, P, MC, etc.), Sobreda (S), Tobural (?), Torrão (F), Torres (MC), Vale de Figueira (S), Várzea (S), Várzea das Salinas (?)	47

* Os nomes foram selecionados a partir de Sousa (2003). As abreviaturas referem-se às freguesias anteriores à reforma administrativa de 2013 e figuram entre parênteses: A = Almada; C = Cacilhas; CtC = Costa de Caparica; CP = Cova da Piedade; F = Feijó; L = Laranjeiro; MC = Monte de Caparica; P = Pragal; S = Sobreda; T = Trafaria. Usa-se ? para indicar localização incerta.

A tabela 1 apresenta as ocorrências de um conjunto com origem no árabe ou que, encerrando elementos pré-árabes, sofreu interferência do árabe ou transmissão por esta língua (14 topónimos). Todos os outros nomes parecem corresponder já à plena vigência do português entre a população deste território (47). Face à ausência de toponímia de origem claramente filiável na Antiguidade latina ou pré-latina, afigura-se, portanto, pertinente

considerar que no concelho de Almada, há apenas dois estratos linguísticos fundamentais: árabo-romance, que se foi consolidando do séc. VIII em diante, integrando eventualmente traços e vestígios do romance hispânico meridional (o chamado moçárabe); e, a partir de meados do século XII, o português, quer na sua modalidade mais antiga, galego-portuguesa, quer já na sua fase claramente portuguesa.

Tabela 1 – Distribuição dos estratos linguísticos por uniões de freguesia e freguesias

freguesia	árabo-romance	português
União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	7	23
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	4	7
Costa de Caparica	0	0
União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	1	5
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó	1	8
Localização desconhecida	1	4
totais	14	47

N.B. – No caso do topónimo *Almaraz*, designativo de toda a encosta compreendida entre Cacilhas e a Trafaria, optou-se por atribuí-lo à União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, o que de se justifica atendendo ao topónimo composto *Quinta do Almaraz*, que inclui *Almaraz* e se localiza em Cacilhas.

Na tabela 2, embora as frequências sejam pouco significativas numericamente, nota-se mesmo assim, que a toponímia medieval está menos presente nas antigas freguesias do oeste do concelho, ou seja, no Monte da Caparica, na Costa da Caparica (nenhuma ocorrência), na Charneca da Caparica, na Sobreda e na Trafaria. Este é mais um aspeto que os estudos de história demográfica e geografia humana esclarecerão melhor.

3. Conclusão

O exame etimológico dos nomes dos rios de Portugal confirma a habitual visão da dualidade histórica e cultural do território e da sua população: o Norte,

acima do vale do Mondego e do Sistema Central, guarda uma potamonímia arcaica, transmitida desde o período da latinização; a sul, o reportório destes nomes acusa a influência árabe. Neste contexto, a toponímia de Almada será characteristicamente meridional, mas desde finais da Idade Média tem conhecido importantes mutações, entre as quais avulta a erosão da sua toponímia medieval, em que o património arábico estaria mais presente do que hoje.

Uma necessidade para que aponta o estudo da toponímia almadense é a de complementar o reportório de Sousa (2003) com outros topónimos facultados pelas fontes documentais. Um *corpus* como aquele de que dispõem outras regiões da Península – a Galiza dá bons exemplos.

O valor patrimonial dos nomes foi também focado nestes apontamentos. Cada época tem a sua maneira própria de fixar toponímia. A nossa caracteriza-se sobretudo por uma toponímia de arruamentos, de intenção comemorativa e laudatória. Mas importa também olhar para os topónimos mais antigos, os que guardam, afinal, o passado diverso e multilingue deste nosso território.

Referências

Corriente, F. 2003. *Diccionario de Arabismos*. Madrid: Editorial Gredos

Lautensach, H. 1954. “Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal”. *Die Erde*, 3-4 (março-abril), pp. 219-243

Machado, J. P. 1987. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte

----- 2003. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte

Mendes, Francisco José dos Santos 2011. *O Nascimento da Margem Sul — Paróquias, Concelhos e Comendas (1147-1385)*, Lisboa: Edições Colibri

Rocha, C. 2017. *Etimologia dos hidrotopónimos de Portugal Continental: história linguística de um território* (tese). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

----- 2018. Estratigrafia linguística da hidroponímia de Portugal continental / Linguistic Stratigraphy of Mainland Portugal's Hydrotoponymy. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 1057-1093

Sousa, R. H. Pereira de 2003. *Almada, Toponímia e História*, Almada: Biblioteca Municipal/Câmara Municipal de Almada

A revista *Memórias e Futuro* divulga textos que ilustram a vida da Associação de Professores do Concelho de Almada – Apcalmada e da Universidade Sénior de Almada – USALMA, constituindo-se como um documento relevante para o conhecimento da instituição e do serviço que esta presta à comunidade em que se insere.

